



ACÇÃO MÉDICA
ORGÃO E PROPRIEDADE
DA A.M.C.P.

ANO LXXX, Nº 3

Setembro 2016

Fundador

José de Paiva Boléo

Director

J. Paiva Boléo-Tomé

(paivaboleotome@gmail.com)

Administradora

Ana Sarmento

(antoniosarmento55@sapo.pt)

Sub-Director

Alexandre Laureano Santos

(a.laureano@netcabo.pt)

Redactores

José Manuel Lopes dos Santos – José Augusto Simões – Ana Maria Felix

Conselho Científico

Walter Osswald

Henrique Vilaça Ramos

José E. Pitta Grós Dias

Levi Guerra

Lesseps L. dos Reys

Daniel Serrão

José Pinto Mendes

Número de Identificação: 501 983 589

ISSN – 0870 – 0311 – INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER

Depósito Legal n.º 28367/89 – Dep. D.G.C.S. n.º 106542

Administração: Rua de Santa Catarina, 521 – 4000-452 PORTO – Telef.: 222 073 610

Secretária: Luísa Sá – Telm.: 924 488 589

www.medicoscaticos.pt – e-mail: medicoscaticos.pt@gmail.com

Execução Gráfica: ORGAL Impressores – Tiragem: 750 exemplares

**ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS
CATÓLICOS PORTUGUESES**

Sede: Rua de Santa Catarina, 521 – 4000-452 Porto

DIRECÇÃO NACIONAL

Presidente: Carlos Alberto da Rocha

Vice-Presidente: João Tiago Guimarães

Secretário: Alice Seixas

Tesoureiro: Ana Sarmento

Vogais: Luísa Viterbo

Patrícia Bernardino

João Pedro Pimentel

Bruno Pinto

Assistente: P. José Eduardo Lima sj

NÚCLEOS DIOCESANOS (PRESIDENTES)

Aveiro: Jorge Rodrigues Pereira

Portalegre/Castelo Branco: Isabel Marques Jorge

Coimbra: José Augusto Simões

Faro: Santos Matos

Guarda: Víctor Santos

Lisboa: Sofia Reimão

Porto: Alice Menezes

Vila Real: Maria Goretti Rodrigues

Viseu: João Morgado

Beja: Edmundo Bragança de Sá

Por decisão da Direcção, «Acção Médica» não obriga os autores a seguirem o Acordo Ortográfico

SUMÁRIO

CONGRESSO Os médicos, a Igreja e a Europa de hoje	5
O XIII Congresso da Federação Europeia das Associações dos Médicos Católicos (FEAMC)	
Alexandre Laureano SANTOS	7
Cristo médico	
D. Manuel CLEMENTE	11
A Vida: Dez notas sobre o livro «A Morte»	
António Pimenta de BRITO	19
“Barrigas de aluguer”	
Pedro Vaz PATTO	37
Razão e radicalismo	
Paulo Vasconcelos JACOBINA	43
TEMAS ACTUAIS	
Colonização ideológica: a responsabilidade dos meios de comunicação social – Osvaldo RINALDI	51
Não em nome de Deus – Pedro Vaz PATTO	55
O secularismo promove o radicalismo – Federico CENSI	57
Vida Humana – Carlo CASINI	61
Eutanásia – Bastonários	65
NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS	67
▪ As crianças na ideologia de género; ▪ Amnistia Internacional e aborto;	
▪ O Congresso Diocesano de Lisboa; ▪ Beja – novo núcleo diocesano dos	
▪ médicos católicos; ▪ «Acção Médica» há 50 anos.	
RESUMOS	77
ABSTRACTS	79

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Pagamento adiantado

Associados da A.M.C.P.: desde que a quotização esteja regularizada recebem a revista sem mais qualquer encargo. Por ano 37,50 €

Não Associados:

Portugal

Um ano (4 números) 20,00 €

Avulso 5,00 €

Estrangeiro

Acrescem as despesas de envio

Estudantes 10,00 €

CONGRESSO**«OS MÉDICOS, A IGREJA
E A EUROPA DE HOJE»**

«No tempo em que vivemos há sinais evidentes de sofrimento e de dor para os quais as respostas não poderão tardar. Considerámos as graves questões que hoje dominam as sociedades europeias: as tragédias que ocorrem a muitos milhares de pessoas e famílias que arriscam as vidas

para atingir as praias do Sul da Europa fugindo à fome e a uma guerra fratricida

e cruel; as ameaças de um terrorismo cego, brutal e omnipresente nas nossas comunidades urbanas; e os temas em intenso debate bioético nos limites do nosso conhecimento».

CONGRESSO da FEAMC**29/09/2016** (5ª feira)

14,00 H – Sessões simultâneas:

- Migrações na Europa
- Os Jovens Médicos e as Associações de Médicos Católicos

16,30 H – Missa

18,00 H – Conferência de abertura: Walter Osswald – *A Bioética à luz da Fé Cristã*

30/09/2016 (6ª feira)

09,00 H – • 1ª Sessão: *O bem comum e os sistemas de saúde*

10,15 H – Conferência: Ermanno Pavesi – *A pessoa do médico e a pessoa do doente: referências teológicas e filosóficas.*

11,30 H – • 2ª Sessão: *Os médicos numa sociedade multicultural.*

14,30 H – • 3ª Sessão: *Fragmentação do exercício da medicina.*

16,15 H – Comunicações orais e posters.

01/10/2016 (sábado)

09,00 H – • 4ª Sessão: *O início da vida humana.*

10,15 H – Conferência: Bernard Ars – *O totalitarismo tecno-científico.*

11,30 H – • 5ª Sessão: *O ocaso da vida humana.*

14,30 H – Conferência: François Blin – *O passado, o presente e o futuro da FEAMC.*

15,15 H – • 6ª Sessão: *A Medicina e os pobres.*

17,00 H – Conferência final: D. Manuel Clemente – *Cristo Médico.*

17,45 H – Sessão de encerramento.

02/10/2016 (domingo)

10,15 H – Recepção no Paço Episcopal

11,00 H – Missa solene na Sé Catedral do Porto

O XIII CONGRESSO DA FEDERAÇÃO EUROPEIA DAS ASSOCIAÇÕES DOS MÉDICOS CATÓLICOS (FEAMC)

Alexandre Laureano Santos

O XIII Congresso Europeu das Associações dos Médicos Católicos teve lugar no Porto, nas instalações do Seminário de Vilar entre os dias 29 de Setembro e 2 de Outubro do ano corrente.

Depois do termo da Segunda Grande Guerra tem havido reuniões internacionais regulares dos médicos católicos. A primeira grande reunião do pós-guerra teve sede em Lisboa. Ocorreu nas instalações da Sociedade de Geografia sob a presidência do Prof. João Porto e subordinou-se ao tema “*Medicina Individual e Medicina Colectiva*”. Congregou médicos representantes de 29 países da Europa e dos dois continentes americanos. O Presidente da República General Óscar Carmona presidiu à sessão inaugural dessa reunião. O volumoso livro que reúne a actas desse congresso tem mais de 1000 páginas de texto.

Em 1966 foi criada a Federação Internacional das Associações dos Médicos Católicos que reúne associações de médicos católicos dos cinco continentes (FIAMC), cujo jubileu foi comemorado na Celebração Eucarística de encerramento deste XIII Congresso Europeu do Porto. A Federação Europeia das Associações de Médicos Católicos (FEAMC), o ramo especificamente europeu da FIAMC, foi criada como entidade autónoma em 1971 em Paris. Desde então, os médicos católicos da Europa reúnem-se periodicamente em congresso para se reconhecerem, para fraternalmente debaterem os temas fundamentais dos domínios da doença e da saúde na nossa Casa Comum e para se congregarem em oração ao Nosso Deus.

O V Congresso Europeu da FEAMC teve lugar em Lisboa e em Fátima, em Maio de 1984. Nessa reunião os debates decorreram em torno dos domínios relacionados com a “*Medicina face aos novos poderes*”.

O tema central do XIII Congresso da FEAMC no Porto foi “*Os médicos, a Igreja e a Europa hoje*”. No tempo em que vivemos há sinais evidentes de sofrimento e de dor para os quais as respostas não poderão tardar. Considerámos as graves questões que hoje dominam as sociedades europeias: as tragédias que ocorrem a muitos milhares de pessoas e famílias que arriscam as vidas para atingir as praias do Sul da Europa fugindo à penúria e a uma guerra fratricida e cruel; as ameaças de um terrorismo cego, brutal e omnipresente nas nossas comunidades urbanas; os temas em intenso debate bioético nos limites do nosso conhecimento, nomeadamente os que se referem ao início, ao ocaso e à própria natureza biológica do ser humano; a organização dos nossos sistemas de prestação cuidados na saúde e na doença, as suas prioridades e as suas prestações sobretudo aos membros mais vulneráveis das nossas sociedades.

O XIII Congresso da FEAMC no Porto reuniu cerca de 150 delegados provenientes de quinze países membros da Federação Europeia – Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Suíça, Reino Unido, Bélgica, Holanda, República Eslovaca, Hungria, Lituânia, Ucrânia, Croácia e Eslovénia.

Na sessão inaugural estiveram presentes Sua Excelência Reverendíssima D. António Augusto Azevedo, Bispo Auxiliar do Porto em representação do Senhor Bispo do Porto, o Senhor Dr. Francisco Goiano Godinho da Silva em representação do Senhor Ministro da Saúde, o Senhor Professor José Manuel Silva, Bastonário da Ordem dos Médicos.

Na sessão de encerramento estiveram presentes Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa D. Manuel Clemente e sua Excelência Reverendíssima o Bispo do Porto D. António Francisco dos Santos.

O XIII Congresso aprovou por aclamação as proposições que enunciamos no texto que segue.

PROPOSIÇÕES DOS MÉDICOS CATÓLICOS
por ocasião do XIII Congresso Europeu da FEAMC –
Federação Europeia das Associações dos Médicos Católicos

Os médicos católicos reunidos no XIII Congresso Europeu da FEAMC realizado na cidade do Porto entre os dias 29 de Setembro e 2 de Outubro de 2016, reconhecendo que:

▪ *a história da Europa tem raízes sólidas e profundas no Cristianismo muito embora as sociedades europeias contemporâneas se tenham desenvolvido nos últimos séculos sob a influência de múltiplas formas de laicismo;*

▪ *a cultura prevalecte se encontra em processos de evolução orientados por um relativismo dominante e envolvente;*

▪ *a Europa tem dado acolhimento desde há muitos séculos a povos que procuram o nosso continente por razões da sua própria sobrevivência e que actualmente têm sido criadas barreiras à imigração de muitas pessoas e de famílias que fogem à guerra e à penúria em busca de um abrigo;*

▪ *o exercício da Medicina se modificou profundamente nos últimos decénios como consequência dos avanços científicos e tecnológicos com a aplicação de numerosos instrumentos que permitiram um extraordinário aumento das possibilidades de intervenção em muitas doenças que até há poucos anos eram responsáveis por mortes precoces e grandes incapacidades;*

▪ *os recursos actuais aplicados nos domínios dos cuidados de saúde absorvem uma parcela cada vez maior das capacidades globais das nossas sociedades;*

fazem as seguintes propostas:

1. que a vida humana, a base indispensável de todos os direitos, seja protegida em todas as instâncias da prestação dos cuidados de saúde desde a sua concepção até à morte natural;

2. que a pessoa doente seja o elemento estruturante fundamental nos processos de organização dos cuidados de saúde, quer no que se refere

aos objectivos a atingir, quer na constituição e na gestão das estruturas organizativas e administrativas;

3. que as pessoas, as famílias e as comunidades não sejam discriminadas no acesso aos cuidados de saúde fundamentais por razões relacionadas com a sua origem, a sua cultura, a idade, a doença, a religião, o sexo, a cor da pele e a capacidade financeira;

4. que a utilização dos conhecimentos e das capacidades que a ciência e a tecnologia facultam no exercício da Medicina seja orientada para o benefício da vida humana subordinando-se aos valores éticos fundamentais.

CRISTO MÉDICO¹

D. Manuel Clemente²

Aceitei a sugestão de vos dirigir algumas palavras sobre “Cristo médico”, neste Congresso europeu de médicos católicos, que saúdo cordialmente. Aceitei a sugestão, porque ela nos centra no essencial da nossa qualificação “cristã”, seja qual for depois o ofício e profissão de cada um. E também porque a memória que as primeiras gerações cristãs guardaram e transmitiram do que Jesus fizera nos três anos da sua vida pública se refere particularmente às curas que realizou de muitas enfermidades do corpo e da alma. Sem extrapolações indevidas, a qualidade “terapêutica” de Jesus foi então muito clara e notória.

Precisemos, porém, que não estávamos então na era “científica” que a modernidade europeia estabeleceu do século XVI em diante. É verdade que a ciência moderna recuperou muito do que os antigos, sobretudo gregos, tinham ensaiado, com os escassos meios de observação de que dispunham. É verdade também que o próprio ensino de Jesus – para quem realmente lia e compreendia os Evangelhos – distinguira vários níveis de natureza e competência face à realidade em geral, como entre o que era de César e o que era de Deus, ou reconhecendo a autoridade de Pilatos, ainda que este a exercesse mal, ou negando-se a julgar um caso judicial corrente, como foi uma questão de partilhas...

Tudo isto contou. Mas o certo é que tivemos de esperar pelo confronto dos europeus com a vastidão quantitativa e qualitativa do mundo descoberto a partir do século XV para que uma nova época forçosamente surgisse, como civilização e cultura. E foram tantos os problemas que essas mesmas

¹ Conferência de encerramento do Congresso

² Cardeal Patriarca de Lisboa

descobertas colocaram em termos de navegação, astronomia e cosmografia; foram tais as novas doenças contraídas noutros climas e as receitas buscadas para as curar; tão surpreendentes as novas modalidades duma humanidade que se revelava muito mais complexa do que até aí...

Estes e outros condicionalismos aceleraram o desenvolvimento da ciência como método de observação rigorosa e experimentação sucessiva, detalhada caso a caso e distinguida campo por campo. Foi então que também a medicina substituiu as autoridades” antigas, que valiam quase só porque o eram, pela autoridade nova do saber de experiência feito, no respectivo campo específico e diverso doutras aproximações da realidade humana, de índole filosófica, religiosa, poética, etc.

Nada disto foi fácil, como sabemos, e os mal-entendidos abundaram. Pouco a pouco, passámos do tempo das grandes amálgamas para a actualidade das grandes especializações. Tornou-se quase impossível o enciclopedismo de um autor e as nossas enciclopédias tornaram-se soma de artigos de especialidade, menos conexos entre si.

No caso da medicina, porém, a incidência preventiva ou curativa sobre cada pessoa, dá-lhe um estatuto de “ciência humana” que requer a confluência de especialidades de todo o género e de perspetivações existenciais onde pouco ou nada se deve excluir. É precisamente nesta qualidade “humana” da medicina que a atuação de Jesus Cristo continua a ser inspiradora, a partir da sua relação “curativa” com várias personagens evangélicas – e também hoje, com cada homem e mulher que sofra, ou para que não venha a sofrer.

Trago-vos uma leitura simples de alguns casos “terapêuticos” do Evangelho segundo São Lucas, autor que plausivelmente foi também médico de profissão. Começando pelo seguinte, passado em Cafarnaum, nas margens do lago da Galileia: «Deixando a sinagoga, Jesus entrou em casa de Simão. A sogra de Simão estava com muita febre, e intercederam junto dele em seu favor. Inclinando-se sobre ela, ordenou à febre e esta deixou-a; ela erguendo-se, começou imediatamente a servi-los.» (*Lc* 4, 38-39)

Dos vários pontos da narração só um é claramente datado, ou seja, o de Jesus interpelar a febre como tal, considerada entidade demoníaca, maléfica. Assim era, de facto, como aliás continua a ser em muita “cultu-

ra popular” por esse mundo além. Em vários episódios evangélicos Jesus refere-se aos males de que as pessoas padecem como outras tantas forças demoníacas que as fazem sofrer e sofrer muito.

Para quem acredita na verdadeira encarnação de Deus Filho, não admira que assim fosse. “Incarnar” significa tomar a humanidade como ela é, necessariamente no tempo e no espaço que lhe cabe, e na mentalidade com que se compreende o mundo e nele se interfere. Jesus vive realmente no século I da era que inaugurou, como esse tempo sentia, pensava, agia e reagia. Mas, sempre radicado no Deus de todo o tempo e de todo o espaço, sabia dar a cada circunstância da altura o significado primeiro e último que ela sempre pode e deve ter. Daí que tudo nele se torna “evangelho”, boa notícia para qualquer momento da história humana, antes, durante e depois dos trinta e poucos anos que viveu neste mundo.

É assim que, neste mesmo episódio, outros pontos ganham especial relevância e continuam a ser inspiradores: a aproximação de Jesus em relação àquela mulher enferma; a envolvimento dos outros; o melhor sinal da cura.

Reparemos que Jesus «entrou em casa de Simão». A relação humana é terapêutica quando encontra o outro “em casa”, ou seja, na sua “habitação” ou “habituação”, onde realmente mora e demora, como lugar físico ou sociocultural concreto. A medicina mais louvada por quem beneficiou dela é sempre a que deu lugar à conversa, à visita, quase à confidência, nome a nome, médico e doente. Jesus não entrou apenas na casa daquela enferma, mas «inclinou-se sobre ela, ordenou à febre e esta deixou-a». Uma proximidade concreta que a actual tecnologia complementa mas não pode nem deve substituir.

Nesta relação entram também os familiares e amigos de quem sofre, como aconteceu com Jesus: «A sogra de Simão estava com muita febre, e intercederam junto dele em seu favor». É justamente assim, porque somos “pessoas”, o que significa seres em relação e os outros em relação conosco. Várias vezes deparamos com esta intercessão de outros junto de Jesus, para acudir a algum doente. E sempre reparamos como Jesus é sensível a tal intercessão. Para pedir uma cura ou para restabelecer um doente, o envolvimento dos próximos é sempre valorizado e evangélicamente indispensável.

Finalmente, o melhor sinal da cura: Uma vez curada, ela, erguendo-se, começou imediatamente a servi-los». O mal isola-nos, a cura reintegra-nos activamente, solidariamente. Como a experiência médica decerto confirma, há uma relação comprovada entre estar funcional e manter-se saudável. Poder ou querer passar da inação à acção, em muitos casos, é já meia cura. Evangelicamente falando, a acção criativa é própria da vida divina e participar dela é cura (salvação) completa. Como se induz deste passo: «Jesus replicou-lhes: “O meu Pai continua a realizar obras até agora, e eu também continuo!”» (*Jo 5, 17*). A relação de Jesus com os enfermos é sempre personalizadora, porque lhes toca e os distingue.

Particularmente significativas da acção curativa de Jesus são as passagens relacionadas com doentes de lepra. Deformante e contagiosa, era vista como o pior dos castigos divinos e implicava a exclusão da comunidade. Só a cura total e confirmada podia reintegrar quem dela se livrasse. É este interdito que Jesus ultrapassa em episódios assim: «Estando Jesus numa das cidades, apareceu um homem coberto de lepra. Ao ver Jesus, caiu com a face por terra e dirigiu-lhe esta súplica: “Senhor, se quiseres, podes purificar-me.” Jesus estendeu a mão e tocou-lhe, dizendo: “Quero, fica purificado.” E imediatamente a lepra o deixou. Ordenou-lhe, então, que a ninguém o dissesse; no entanto, acrescentou: “Vai mostrar-te ao sacerdote e oferece pela tua purificação o que Moisés ordenou, para lhe servir de prova.”» (*Lc 5, 12-14*) Apresenta-se primeiro o leproso, pleno de confiança em Jesus, a quem pede a cura.

Creio que todos os médicos se deparam com situações semelhantes, de muita esperança e entrega por parte dos seus doentes. É, mais uma vez, o aspecto pessoal, pois foi a Jesus que o leproso se dirigiu e foi Jesus que o acolheu, sem nada de permeio entre o rosto ansioso de quem pedia e o rosto concreto de quem correspondia, como o podemos imaginar. Depois da cura, não se dispensam as formalidades previstas para a reintegração comunitária de quem fora curado. Mas o ponto central, indo além de todas as restrições legais e religiosas da altura, está no gesto e na frase de Jesus: «Jesus estendeu a mão e tocou-lhe, dizendo: “Quero, fica purificado.”»

Não se devia acolher assim um leproso, nem muito menos tocar-lhe, e Jesus fez as duas coisas, seguindo-se o resultado espantoso. Será difícil

a qualquer médico garantir o mesmo. Mas creio que, mesmo respeitando todas os cuidados que se devem ter face a doenças infectocontagiosas, algum contacto direto com quem as sofre, bem como a sua não exclusão ou reintegração social, continuam a ser um desafio evangélico e humanitário para qualquer profissional de saúde, como para a sociedade em geral. E, nalguns casos, também meio caminho para boas surpresas.

Tocar e ser tocado aparecem como fundamentais na relação terapêutica de Jesus com várias personagens evangélicas. Pois assim como Jesus se aproximava e tocava nos doentes, também por estes podia ser tocado, não se contentando depois senão com o estabelecimento duma verdadeira relação pessoal, onde a cura o fosse plenamente.

Um outro episódio demonstra-o por inteiro: «Certa mulher, que sofria dum fluxo de sangue havia doze anos, e que, tendo gasto com os médicos todos os seus haveres, não pudera ser curada por nenhum, aproximou-se por detrás e tocou-lhe na orla do seu manto; e, naquele mesmo instante, o fluxo de sangue parou. Jesus perguntou: “Quem me tocou?” Como todos o negassem, Pedro e os que estavam com Ele disseram: “Mestre, é a multidão que te aperta e empurra.” Jesus insistiu: “Alguém me tocou, pois senti que saiu de mim uma força.” Vendo que não tinha passado despercebida, a mulher aproximou-se, a tremer; e, lançando-se aos pés de Jesus, contou diante de todo o povo por que motivo lhe tinha tocado e como ficara imediatamente curada. Disse-lhe Jesus: “Filha, a tua fé te salvou. Vai em paz.”» (*Lc 8, 43-48*).

Sempre me impressionou este passo, por revelar tão especialmente o intuito personalizador de Jesus. Os Evangelhos contêm discursos aos discípulos e às multidões. Mas sempre em torno da relação que Jesus mantém com Deus Pai, da relação que a partir daí estabelece connosco e da relação que, sendo realmente seus discípulos, havemos de ter com os outros, seja qual for a nossa situação pessoal, familiar, profissional, comunitária.

Podemos dizer que tais discursos como que formalizam e generalizam o que, antes de mais, acontece nos encontros interpessoais e concretos de Jesus com esta ou aquela pessoa que aparecesse. E nesses encontros, abre-se sempre, além da resolução do caso imediato, a abertura a algo de mais profundo e verdadeiramente realizador de cada pessoa e do seu destino.

Reparemos na cena, componhamos o lugar: Uma praça cheia de gente oscilante e compacta à volta de Jesus, que só a custo consegue progredir. Uma mulher que sofria de hemorragias há vários anos, sem encontrar médico que a curasse. Por detrás, consegue tocar na orla do manto de Jesus e sente-se curada. Também Jesus sentiu o que acontecera e procura quem fora. Os discípulos manifestam-lhe a impossibilidade, tanta era a multidão e o aperto. Jesus insiste, até que a mulher, a tremer, confessa ter sido ela e resume publicamente a sua história. Finalmente. Jesus pode dizer-lhe olhos nos olhos: «Filha, a tua fé te salvou. Vai em paz!»

Como sabemos, os milagres de Jesus são sinais da plena cura que trouxe à humanidade e por isso mesmo se chama “salvação”. Também sabemos, por muitas narrativas comprovadas, que esses sinais se têm repetido em vários momentos e circunstâncias dos nossos dois milénios cristãos. Cumpre-se afinal o que o mesmo Jesus prometeu ao partir: «Em verdade, em verdade vos digo: quem crê em mim também fará as obras que eu realizo; e fará obras maiores do que estas, porque eu vou para o Pai, e o que pedirdes em meu nome eu o farei, de modo que, no Filho, se manifeste a glória do Pai. Se me pedirdes alguma coisa em meu nome, eu o farei» (*Jo* 14, 12-14).

As obras dos cristãos são as obras de Cristo ampliadas nos seus e através dos seus, que nele se sustentam. Assim sendo, manifestam a glória de Deus, ou seja, o seu poder criador e recriador, na continuidade das palavras e dos gestos de Cristo, nunca doutro modo. Nem prodígios nem espantos, no sentido corrente dos termos. Presença como foi a sua, no único Espírito que nos legou, confiante em Deus e atenta a cada homem e mulher que sofra, procure ou interpele. Assim com todos e muito especialmente com quem exerça a medicina, sempre na fronteira da vida, para que seja mais vida, sempre vida, como afinal se garante na fonte, outro modo de dizer em Deus e com Deus. Estabelecendo assim com cada enfermo uma relação inteiramente pessoal e possivelmente salvadora – mesmo na doença e até na morte, que Jesus encheu de vida, como sabemos os cristãos. Para começarmos nós – e começardes vós, caríssimos médicos católicos – por onde Jesus começou, naquele caso como noutros, pela atenção ao caso e o reconhecimento do protagonista. A única maneira de abrir caminho é dar

o primeiro passo, o passo certo. Pois, na verdade, mais do que doenças há doentes, pessoas que sofrem e sempre nos esperam, inteiramente esperam.

Porto, 1 de Outubro de 2016

+ *Manuel Clemente*

A VIDA

- 10 notas sobre o Livro “A MORTE”¹-

António Pimenta de Brito²

INTRODUÇÃO

No Livro “A Morte”, Maria Filomena Mónica (MFM) tem a virtude de discutir o tema da eutanásia de forma fundamentada. Nunca é demais trazer para a praça pública estes temas tão importantes, que recentemente se revestem de nova actualidade em Portugal. Tem a virtude também de se munir de uma notável erudição ao mostrar-nos a visão histórica deste tema, bem como as perspectivas literárias e filosóficas da mesma e contar-nos casos concretos da vida contemporânea. Com certeza que a multidisciplinaridade das visões enriquece a reflexão, já de si complexa. Não nos podemos ficar pelas leis e pelo direito. As ideias precedem as leis. No entanto, julgo que a autora é fria na análise. Neste pequeno ensaio vou tentar rebater e questionar muitas das ideias expostas no livro.

1. Thomas More e a Eutanásia

A autora afirma que a Igreja Católica, desde a Idade Média, condenava o suicídio. Veio Thomas More, o “católico fervoroso”, e este “defendeu que, numa sociedade ideal, quem tivesse de lidar com doentes em sofrimento deveria encorajá-los a matar-se”³. Desde logo, estranhei que o Santo

¹ Maria Filomena Mónica – «*A Morte*», ed. Fundação FMS, 2011.

² Licenciado em Língua e Cultura Portuguesa (língua estrangeira), pela FLUL/ UL, co-fundador do site datescatolicos.org, gestor.

³ In MÓNICA, Maria Filomena, “*A Morte*”, FFMS e Relógio D’Água, Lisboa, 2011, pp. 34-35.

o pudesse ter dito, mas concedi que podia estar errado. Fui consultar a “Utopia”, deste autor inglês e, de facto, o humanista disserta desta forma e, aliás, é muito frio em algumas análises, como o tratamento da mulher e outros, o que de facto nos leva a pensar que desde então evoluímos civilizacionalmente bastante. Veja-se as suas prelecções, “tornando-se um empecilho e um encargo para os outros e fonte de sofrimento para si próprio e que deve decidir não mais alimentar o mal doloroso que o devora”⁴. De facto, assim o Santo falou. Todavia, convém atentar ao tempo em que vivia o autor, pois foi o mesmo que permitiu a Inquisição e outras atrocidades, mesmo que muitas delas permitidas e executadas pelo poder civil, como a esta última.

De qualquer forma, MFM faz uma omissão. A seguir More explica que este ato só se justificaria “com o consentimento dos sacerdotes e do Senado”, sob pena de serem “indignos de sepultura (...)”. Ora, é claro que por ter autorização ou o crivo do poder eclesiástico-civil, não minora a gravidade do ato, mas pelo menos sinaliza a romanidade e civilidade da crença de More, sempre prudentemente atenta à sua cabeça espiritual e à justiça de “César”, mau grado a espuma dos dias e a agrura dos tempos.

2. A verdade da literatura e a compaixão

Na página 26, a autora fala da belíssima obra de Tolstoi, “A Morte de Ivan Ilitch”, a qual figura entre as obras primas da literatura para, por exemplo, o escritor António Lobo Antunes. Para mim, por influência deste escritor, também se tornou uma das obras que gostei mais de ler e onde encontrei mais verdade sobre a condição humana. Conta a estória de um juiz nos últimos dias da sua vida. A autora resume-o bem assim: “quando o filho mais novo chora sobre a sua mão, apercebe-se de que, ao longo de toda a sua vida, fora um egoísta.

Pela primeira vez, teve pena dos que o rodeavam”. Aqui está o resumo da epifania de Ivan Ilitch, um homem bem posto na sociedade e que um dia a Morte o visita. Tem uma transformação interior e morre em paz, porque descobre a compaixão.

⁴ In MORE, Thomas, “Utopia”, Europa-América, Mem-Martins, p. 106.

O que mais me entristece na visão que MFM tem deste livro é, mais uma vez, a frieza do “o que me interessa não é a mensagem do escritor, mas o realismo com que descreve o espírito do moribundo durante os últimos meses da vida”. Ao lermos este extracto salta-nos à vista a contradição. A autora, reputada estudiosa queirosiana, bem sabe que o realismo é um estilo literário que, usando o humor, diz muitas verdades. Ora, (mesmo que Tolstoi não se inserisse neste “realismo” *tout court*), não se percebe que a autora aprecie o “realismo”, mas não aprecie a “mensagem”. Na minha perspectiva e segundo a teoria da verosimilhança, ambas são o mesmo. Se algo “deve ser”, como dizia Horácio, é “realista”, é tal como é, isto é, as personagens da literatura não existem mas pelo menos (na boa literatura) têm um compromisso com o “não é mas podia ser” (também na “Poética” de Aristóteles). Ora, não há mensagens literárias “imparciais”. Ou é ou não é, segundo o princípio do terceiro excluído, como conhece bem a autora. Ou seja, não podemos dissociar o “realismo” da “mensagem”. Como podemos então apreciar o realismo do autor ter descoberto a compaixão e não concordar que este “realismo” é a verdade da vida?

A obra bem citada por MFM tem muitas implicações para o caso da eutanásia. Não se trata tanto de “respeitar a liberdade do outro” mas comover-se com o destino do outro, a compaixão, e até a mesma do moribundo em relação aos outros, da dor como dádiva e testemunho de esperança. E de outras coisas que adiante tentarei expor.

3. Individualismo e Relativismo

Na página 25 do seu livro, MFM afirma (e bem) que “as sociedades não desejam encarar o facto de sermos mortais”. É um facto, a cultura que atravessamos centra o seu foco na eterna juventude, no “individualismo contemporâneo”⁵ ou no “hiperconsumo”⁶, como afirmava Lipovetsky. Mas, como diz este autor sobre este tema: “A era moralista estigmatizava o suicídio como uma ofensa a um dever individual e social; a era pós-moralista reconhece nele o sinal extremo do desespero, um sintoma depressivo, o efeito

⁵ Cfr: LIPOVETSKY, Gilles, *A Era do Vazio*, Relógio D’Água, Lisboa, 1989.

⁶ Cfr: LIPOVETSKY, Gilles, *A felicidade Paradoxal. Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*, Edições 70, Lisboa, 2007.

de um deficit comunicacional e afetivo. Por vezes uma auto-libertação. O referencial psicológico eclipsou os mandamentos imperativos da moral individual, o dever de nos mantermos vivos esvaziou-se da sua substância, substituímo-lo pelo direito a não sofrer, sem que isso signifique a desculpabilização do ato suicidário⁷. Como avança também o mesmo autor, “à semelhança da família, do sexo, da procriação, da religião, a relação com a morte tende a reciclar-se na lógica do direito subjetivo e das opções livres⁸. Ou seja, nos dias que correm, e na verdade “desde sempre”, como afirmava Durkheim, o individualismo foi o valor mais importante para o homem (corroborado por Adam Smith), a moral é estritamente individual. Resta afirmar que sobram alguns preceitos comumente aceites, muitas vezes gerados por “forças históricas”⁹ e de conveniência para a convivência de todos, porque um referencial comum baseado em qualquer “lei natural”, *jus naturale*, foi definitivamente enterrado no tempo. Talvez, como avança Tocqueville, este valor individualista de sempre se intensifique em certas épocas históricas, não por “contágio de ideias”, mas por “situações gerais”. Aqui podemos citar a revolução industrial e o advento da divisão do trabalho e outras que provocaram reacções em defesa da dignidade do homem¹⁰.

MFM depois repete infelizmente o discurso habitual do nosso tempo sobre a decisão de fazer eutanásia, “os católicos têm o direito de se abster de actos que consideram pecaminosos, mas não podem impor aos outros os seus valores”.

Isto é dizer que todas as acções são motivadas por “o que cada um quiser e achar melhor”. Podemos considerar muito correto, mas esperava mais da autora. MFM que me perdoe, mas este argumento do “cada um pense como quer” leva-nos a não discutir ideias nenhuma. Torna completamente inútil qualquer conversa pois não há um termo de verdade. Há várias verdades e estamos todos em conversas paralelas, olhando diferentes céus, de costas uns para os outros. É um pouco como o “os gostos não se discutem”. Claro que se discutem, pois existe o Belo e o Bom e a autora concordará comigo, pois mora na Lapa e não na Amadora.

⁷ In LIPOVETSKY, Gilles, *O Crepúsculo do Dever*, D. Quixote, Alfragide, 2010, p. 101.

⁸ *Idem*, p. 103.

⁹ Cfr: BOUDON, Raymond, “*O Relativismo*”, Gradiva, Lisboa, 2009, pp. 69-89.

¹⁰ Cfr: BOUDON, Raymond, *op. Cit.*, pp. 49-52.

Lembra-me também o exemplo sempre citado de alguns povos indígenas com hábitos bárbaros, entre eles o canibalismo. Dizia-me alguém há uns bons anos, olhando-me como um “intolerante”: “pois se eles se matam e comem uns aos outros, quem somos nós para impor outras regras? Cada um que decida o que quer. Não podemos julgar outras culturas”, ao que apenas me restava cumprimentar e seguir caminho, pois se calhar a carne não é a dela. Penso que MFM consegue melhor e estamos habituados a mais.

Aqui reside o fulcro das dissensões quanto a inúmeras questões morais dos nossos dias, não apenas da eutanásia. A partir do momento em que dizemos que “cada um faz o que quiser, não temos nada a ver com isso”, questões tão prementes como o aborto, a eutanásia, a experimentação de embriões, são reféns de um sentido histórico comum evidentemente falível. O mais curioso é depois prevalecerem certos preceitos “higiênicos” surpreendentemente impostos à maioria, não se lembrando que “cada um faz o que quiser”. Como “não fumar”, “separar o lixo”, “emagrecer”. Que barreiras se traçam sobre o que é Bem e Mal? A lei? Mas a lei não é injusta tantas vezes? A convivência “higiênica” entre todos? Aplicável a respeitar passeadeiras, não cuspir nos outros e pagar impostos (esta então, nos nossos dias cada vez mais brutal e injusta!).

Quando deixámos de ter uma referência para a moral, caímos no relativismo e então há biliões de “verdades”, consoante a pessoa que habita este planeta. Como dizia Karl Popper, “um dos aspectos mais perturbadores da vida intelectual do nosso tempo é a forma como tão profusamente se defende o irracionalismo e se consideram certas as doutrinas irracionalistas. Uma das componentes do irracionalismo moderno é o relativismo (doutrina segundo a qual a verdade é relativa à nossa formação intelectual que, supostamente, determinará de algum modo o contexto dentro da qual somos capazes de pensar: a verdade mudaria assim de contexto para contexto)”¹¹. O tema do relativismo é muito bem tratado pelo filósofo e sociólogo Raymond Boudon, no seu livro “O Relativismo”. Distingue claramente o “bom relativismo” do “mau relativismo”: “o bom permite-nos compreender o outro. O mau põe todos os comportamentos, todos os estados de coisas e

¹¹ in POPPER, Karl, “*O Mito do Contexto*”, edições 70, Lisboa, p. 55.

todos os valores no mesmo plano”¹². O intensificar do relativismo no nosso tempo, advém das conquistas do individualismo de que já falámos e em colocar a pessoa acima de qualquer valor imutável.

Voltando ao tema do branqueamento da nossa mortalidade, abordado pela autora. Esta tentativa permite actos como a eutanásia. Isto acontece quando queremos durante a vida eliminar toda a dor, o que é legítimo, mas infrutífero e contra as leis do mais elementar estoicismo, pois a dor, o mau tempo e os programas da manhã, sempre existirão. Obviamente que no fim da vida, qualquer obstáculo a viver a mesma como uma certa “estância balnear”, tem de ser eliminado e terminado, mesmo deixando quem mais amamos, abandonando a madrugada e o entardecer. Depois, falo em mais do que estoicismo. Falo em resiliência e falo em vida e falo de amor.

4. Uma “história de amor”

Na página 46 a autora conta-nos uma “história de amor” em que os protagonistas são um casal de idosos a morar no bairro de Caselas. Uma tarde são encontrados mortos em casa, a causa foi homicídio seguido de suicídio. A mulher estava a entrar num processo acelerado de demência, pelo que o marido, Luís do Carmo, decidiu preparar criteriosamente o ato e perpetrou-o nessa tarde de 21 de Fevereiro.

MFM justifica este ato da seguinte forma, “Apesar da boa reforma, não eram ricos, pelo que não podia contratar alguém que o ajudasse a tomar conta dela durante vinte e quatro horas por dia. A pô-la num lar, queria ficar a seu lado, mas ninguém o sabia informar da existência de instituições que acolhessem casais, tendo-lhe ainda sido dito que nenhuma aceitaria um doente que sofresse de Alzheimer”.

Cumpre perguntar, em primeiro lugar, qual seria o problema do casal não viver junto no lar, ou seja, o morrer era a única alternativa a ficarem separados? Depois, a autora fala nas capacidades físicas que o autor demonstrava, o que permitiram ter reforçado o armário para se enforcar. Além disso, diz que o protagonista já tinha decidido “não abandonar a mulher” e que tinha posto de parte logo o lar e acrescenta que “a filha vivia a

¹² in BOUDON, Raymond, *op. Cit.*, p. 54.

poucos metros e podia, caso necessário, dar-lhe uma ajuda”. Pergunto eu: 1) o protagonista “não podia contratar alguém que o ajudasse a tomar conta dela”, mas tinha a filha perto? 2) o protagonista não tinha capacidade para tratar da mulher, mas era “suficientemente forte para fazer umas pequenas obras em casa”? Não se trata aqui de julgar casos particulares, até porque os dramas são sempre individuais. Trata-se apenas de pensar e questionar os supostos atenuantes que a autora apresenta, os quais são logicamente inconsistentes. Pretendo apresentar alternativas às razões que comumente são apresentadas para desculpar a eutanásia. De facto, o amor é sempre maior que tudo e esse amor implica sempre sacrifício. Mais uma vez, não quero mesmo julgar este casal, apenas apresentar alternativas a este ideário e mesmo a este triste exemplo da escolha da morte como saída.

5. Solidão e sofrimento: desistir ou acreditar?

Na página 49 a autora lembra-nos e bem que esta questão está na ordem do dia, tendo em conta o crescente envelhecimento da população. Cita números impressionantes. Nos EUA, a população acima dos 65 anos, em 1900, era de 4% e, em 1950, de 8%, subiu para 12%, em 2000. Na faixa dos mais de 85, que em 1900 era de 0,1%, em 2000 ascendia a 1,5 %. Existem hoje neste país, em proporção da população, 15 vezes mais pessoas “muito velhas” do que em 1900. Os velhos muito velhos do século XXI são um fenómeno novo¹³. Depois a autora fala em números preocupantes, agora no nosso país: “Segundo uma investigação recente, 36,5% dos idosos com mais de 65 anos passa mais de 8 horas por dia sem companhia e 28,9% admitem estar “tristes e deprimidos” durante “algum ou muito tempo”¹⁴. Segundo o Censos Sénior, o número de idosos sozinhos/isolados são quase 34 mil, mais do dobro do que em 2011¹⁵. A autora remata este retrato dramático dos números com: “o futuro é sombrio, pois será num momento de crise, como o que vivemos, que o Estado irá ter de tomar decisões.”

Resta perguntar, a “decisão” qual será? Eliminar os velhotes? A solução “abreviar a vida”? A afirmação é surpreendente mas a autora até trilha o

¹³ Cfr. MÓNICA, Maria Filomena, *Op. Cit.*, p. 49

¹⁴ Cfr. *Idem*, p.50

¹⁵ Público, 16-03-2014

caminho mais prudente e positivo, mesmo que não o desenvolva e defenda, “A não ser que os governos decidam atribuir mais verbas para o tratamento e eventualmente cura deste tipo de doenças (Alzheimer)”¹⁶. Acerta na mouche aqui, “a organização de uma rede eficaz de cuidados paliativos tornaria o suicídio assistido desnecessário”¹⁷. Ora, parece-me que o caminho é por aqui. Não tanto por remediar e usar os dinheiros públicos para a morte, mas usar os dinheiros públicos para o alívio da dor e das melhores condições de vida dos doentes e suas famílias. O mesmo se passa em relação a inúmeras questões em que o valor da “liberdade” está à frente do valor da vida.

Quando dizemos que a mulher tem o direito sobre o “seu corpo” estamos a ser falaciosos, mas passa sempre. Subsidiámos abortos e não investimos na natalidade e nas mães, é isto que estamos a fazer; quando taxamos mais a comida de bebé do que a comida de cão; quando oferecemos preservativos e contraceptivos a rodos nos centros de saúde e pagamos caro por tudo o que envolve fertilidade¹⁸, estamos a fazer isto; quando fazemos mega campanhas de sexo seguro mas não apoiamos estruturas de apoio às mães solteiras, que passam dramas dolorosos entre namorados ausentes ou violentos e situações económicas muito desfavoráveis, estamos a fazer isto. A ser demagógicos e politicamente corretos.

Quando entrei na consulta de planeamento familiar a primeira vez, não me perguntaram nada, apenas me deitaram preservativos e contraceptivos para a mão. Já se pensou se este apoio é dado ao fomento da natalidade, tão em baixo nos nossos dias? À participação do ensino especial, por exemplo? É dado o mesmo apoio? Não, é dado ao jovem que saiu à noite, bebeu uns “shots” e engravidou uma menina sem pensar em consequências. Porque o princípio da liberdade/ responsabilidade, para alguns, aplica-se só à separação do lixo e às dietas.

O nosso país conta ainda por cima com estatísticas dramáticas sobre cuidados paliativos: apenas 10% dos doentes terminais tem acesso a cuidados paliativos¹⁹ (!) e morrem por ano 200 crianças e jovens sem receber

¹⁶ In MÓNICA, Maria Filomena, *Op. Cit.*, p. 49

¹⁷ *In Idem*, p. 64

¹⁸ Por experiência própria e porque tenho dificuldades em ter filhos, posso afirmar que cheguei a pagar 50€ e tal por umas saquetas vitamínicas de nome “SPERMOX”.

¹⁹ Sol, 24-04-14

estes cuidados²⁰. Quantas pessoas protestaram por não poder abreviar a vida? E precisamente os pedidos de eutanásia acontecem por causa de sofrimento, físico ou psíquico e esse pode ser minorado e controlado com os cuidados paliativos. Se a eutanásia deve ser último recurso, segundo a lógica de alguns, e os cuidados paliativos apenas abrangem 10% da população, como é que estamos a pedir para legislar o suicídio assistido em primeiro lugar? Estamos a atacar um enxame de abelhas com uma pistola.

Porque não há sofrimento que não possa ser minorado. E não se pede, por outro lado, a tal “obstinação terapêutica”. Se o doente já não tem esperanças de recuperação, é de seu direito recusar terapêuticas que apenas causarão sofrimento e pode requerer que se minore a sua dor ao máximo possível, de modo a assegurar o bem estar na fase terminal. Como dizia Daniel Serrão, “dizer que se mata por compaixão, é de facto, matar a compaixão”²¹.

E o que vamos fazer? Abreviar as vidas destas pessoas? Legislar sobre a morte assistida e gastar dinheiro na morte? Ou minorar sofrimento e investir dinheiro na compaixão? Este é o tema que se devia falar e incentivar. Este não é um “fanatismo”, como demagogicamente são acusados os que são contra a eutanásia, é apenas chamar as coisas pelos seus nomes. Como faziam os gregos, o que é, é (princípio da identidade).

6. Obstinação terapêutica e alívio do sofrimento

A autora, na página 51, menciona que em muitos casos de doenças terminais, os médicos, se pararem a medicação poderão ser “denunciados à ordem dos médicos ou à polícia”. Ou então, se a família decidir retirar a medicação ou aumentar as doses de morfina, a autora menciona a consequência de “ninguém saber se é legal”. Ora, o código deontológico da Ordem dos Médicos é bastante claro sobre esta matéria: “Se o doente, a família ou o representante legal, esgotadas todas as formas de esclarecimento adequadas, recusarem os exames ou tratamentos indicados pelo médico, pode este recusar-se a assisti-lo nos termos do artigo 41.º, sem prejuízo do

²⁰ Público, 26-03-14

²¹ Ecclesia, 30-10-07

disposto na parte final do n.º 6 do artigo 46.º”. Sublinho o “esgotadas todas as formas de esclarecimento adequadas”. Por isso, não é como menciona a autora, pode-se requerer a paragem.

Conclusão: não conheço os números ou se sequer existem, mas era importante perceber a percentagem de doentes incuráveis terminais que optam pela obstinação terapêutica e os que vão pela via do alívio do sofrimento e pelos cuidados paliativos. Quero supor que o primeiro caso é o mais raro e o segundo talvez não exista mais porque lamentavelmente não há investimento nele.

7. As leis reduziram a eutanásia?

Na página 62 a autora incorre numa inverdade. Fala da discussão da proposta de lei da eutanásia na Holanda e afirma erradamente que “muitos dos que se lhe opunham disseram que se verificaria uma enxurrada de gente a querer matar-se, mas não foi isso que sucedeu”. Se a autora consultar os dados de, por exemplo, a Suíça, verificará que, desde que o suicídio assistido foi aprovado em Referendo em 2011, no Cantão de Vaud, os pedidos aumentaram 63%, em dois anos²². Em 2011 foram feitos 7 mil pedidos e o ano passado 19 mil. E agora perguntamo-nos: em que deve o estado investir? Em minorar a dor e o sofrimento ou em facilitar a morte?

8. Desistir ou acreditar: os casos de Eluana Englaro e Terry Wallis

Na página 71 a autora fala do caso de Eluana Englaro, uma rapariga que, aos 17 anos, sofrera um acidente rodoviário que a tinha deixado em coma irreversível durante 17 anos²³. Depois de batalha judicial e a oposição do governo, opinião pública e do Vaticano, o pai consegue parar o suporte alimentar da filha e esta morre passado pouco tempo. Mesmo nestes casos, perguntamo-nos: e se a rapariga acordasse? Estava a sofrer? Depois, é curioso que só depois da morte é que se constatou que a actividade cerebral da rapariga era “quase inexistente”...

²² RTP, <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=727717&tm=7&layout=122&visual=61>, 01-04-2014

²³ *Cf.* MÓNICA, Maria Filomena, *Op. Cit.*, p. 71.

Em resposta à primeira questão, a ciência diz-nos que é possível. Basta-nos invocar a incrível história, esta de esperança, de Terry Wallis. No ano de 1984, no dia 13 de Julho, mais precisamente uma sexta-feira 13, o jovem Terry Wallis tem um acidente de camião em que o veículo cai de um penhasco de 8 metros de altura. Ficou paralisado do pescoço para baixo. Aos 19 anos, esperava o nascimento da primeira filha quando entrou em coma, sem previsão de recuperação. A filha nasceu, cresceu, e o programa de fim de semana da família passou a ser levar o paciente em coma até a quinta onde viviam os pais de Wallis. Toda a semana, conduziam 40 quilómetros, na esperança de fazer Wallis recuperar a consciência. Em 2005, finalmente funcionou. Após 19 anos, Wallis, então pai de uma menina de 19, acordou do coma. E o mais pitoresco da história tem a ver com as datas: o acidente de Terry foi no dia 13 de julho, exatamente o dia da sua volta quase duas décadas depois²⁴.

Estas histórias dão-nos esperança não só no inesperado da vida, como na abnegação e amor dos familiares por este homem. O que mais impressiona é o relato da família, que diz que enquanto Terry estava em estado vegetativo, continuavam a incluí-lo nas festas de família, rodeavam-no de mimos e acompanhavam-no numa espera paciente de Penélope. Porque não falamos de histórias de esperança e falamos de morte? Porque não falamos de milagres, de sonho e falamos de morte?

9. Testamento vital

Em relação ao “testamento vital”, na página 76, a autora acaba por dar a resposta em relação às suas consequências, “como é evidente, aceito que os desejos dos moribundos podem mudar – um argumento utilizado pelos que são contra a eutanásia – mas nada, a não ser a morte, é irreversível.” É forçoso perguntar o que é. Vamos inquirir o moribundo várias vezes, revoogar o testamento? A autora respondeu a uma das oposições ao testamento vital.

10. A relação moral/ lei. É possível existir uma evolução moral?

²⁴ Cfr. Hype Science, “10 inacreditáveis casos de pacientes em coma”, <http://hypescience.com/10-inacreditaveis-casos-de-estado-de-coma/>

MFM volta a falar, de seguida, na relação moral/ lei e em que medida estão ou não ligadas. Afirma que por vezes andam separadas e um ato moralmente reprovável pode ser legal e vice-versa e acaba por concluir que “isto não quer dizer que juízo moral e legal sejam independentes” e afirma também que “a lei criminal baseia-se num consenso de raiz moral, mas a prazo, uma lei pode vir a perder a sua legitimidade”. A autora tem razão ao constatar estas forças, mas não as explica. Como já abordei e a autora sublinha, a lei vai-se alterando consoante os tempos, pois a raiz do direito é subjetiva, ou seja, as leis são construídas com base numa maioria, e como dizia Bento XVI, já percebemos que em muitas épocas da história essa maioria estava errada²⁵.

Longe vão os tempos do *jus naturale* romano, o qual proclamava certos e determinados preceitos como imutáveis. Aristóteles falou deste direito natural como: “*assim como fogo que queima em todas as partes, o homem é natural como a natureza e por isso todos tem direito à defesa*”. E outros filósofos como Locke ou Tomás de Aquino o proclamavam. É este jusnaturalismo que defendo. Ao contrário do que diz a autora, em que estamos constantemente reféns da maioria para decidir leis que muitas vezes não estão em consonância com um conjunto de princípios, e não de regras, de caráter eterno e imutável, este direito natural é algo que está definitivamente fora de moda, pois o relativismo ético veio para ficar. O “cada um pensa como quer” acaba por derivar em que a “lei criminal é baseada num consenso de raiz moral”²⁶, seja ele correcto ou não. Veja-se quando a escravatura ou a pena de morte eram legais (e ainda são nalguns países). Não é por existir um “consenso moral” na época, que as leis estavam corretas. Sem este direito natural, tudo é volátil, e sujeito ao crivo e às avessas do tempo. Por isso, o facto de as leis mudarem com o tempo, como a autora exemplifica para a eutanásia e para a legalização de casamento de pessoas do mesmo sexo, não podem ser argumento para a sua legitimação. A escravatura, o trabalho infantil ou a submissão das mulheres já foi sujeito a “consenso moral”. Isso não quer dizer que fossem corretas. E esta é a raiz dos problemas na nossa sociedade – a falta de uma referência moral e ética

²⁵ Cf. BENTO XVI, *Discurso do Papa Bento XVI aos membros da comissão Teológica Internacional*, Libreria Editrice Vaticana, Roma, 2007 (5.10.07).

²⁶ Cf. MÓNICA, Maria Filomena, *Op. Cit.*, p. 76.

universal e imutável. Esta acaba por estar refém das opções pessoais e por ser “decidida” pela maioria, estando ela correta ou errada, repito.

Como dizia Locke²⁷, “se o governante contrariasse o direito natural e deixasse de proteger as pessoas, teriam justificativa para derrubar o regime”. Este argumento contraria o de J.S. Mill que a autora cita, “nenhuma questão, moral ou empírica, pode ser resolvida em absoluto, o que nos obriga a admitir que as nossas respostas deverão ser temporárias, pelo que temos de aceitar a sua revisão”²⁸. Então, voltamos ao relativismo ético: será que a moral é uma questão evolutiva, refém de relações de força? A escravatura, o homicídio, a violação da liberdade de expressão, não serão sempre atos condenáveis? Então e se um tempo ou um “consenso moral” as legitimar? Já são corretas, pela “revisão” que Mill fala? É uma tese insustentável, pois legitima todas as “revisões” abstrusas que a história nos apresenta.

O homem é “eterno”, como dizia G.K. Chesterton. Não muda nos seus vícios, virtudes e idiossincrasias. Por isso existe também a literatura universal, aquela que perdura, fala no homem eterno, naquele que tem as mesmas preocupações, angústias, peculiaridades e, até, anedotas. A outra literatura, a situacionista, a panfletária, essa, passa de tempo. Hamlet, Raskolnikoff e Sancho Pança não morrerão pois todos eles têm algo em comum, as mesmas preocupações morais, éticas e pessoais, também imutáveis no tempo. E por isso é que lemos livros, porque aquele homem pode ter vivido há séculos mas nós compreendêmo-lo, pois há coisas que não mudam.

Não me querendo alongar mais, como sabe, Hobsbaum chamava ao século XX o século dos “extremos” e chamava-o bem. Se a moral é evolutiva, como é possível acontecer a maior carnificina universal que foi o Século XX, com todas as suas guerras, depois da revolução francesa, em que se proclamava a liberdade, a igualdade e a fraternidade? Perguntarão alguns, “então e porque dizes atrás, a propósito da defesa da eutanásia de Thomas More, que “felizmente progredimos civilizacionalmente”? Afinal a moral é ou não evolutiva?” Pois, bem. O facto de ter existido a inquisição, as cruzadas, a discriminação e submissão das mulheres, a escravatura,

²⁷ Cf: LOCKE, John, “Dois tratados do Governo Civil”

²⁸ Cf: MÓNICA, Maria Filomena, *Op. Cit.*, p. 80.

e neste momento a civilização ocidental ter “resolvido” essas questões, sinaliza que existiu uma evolução moral, de facto. Então e, como nomeia Hobsbaum no seu livro, os “extremos”? Temos estas vitórias mas também tivemos o século mais sangrento de toda a humanidade, que foi o século XX, em que as suas guerras suplantaram toda a mortandade da história precedente. E foi o século da descoberta da relatividade, da internet, do telemóvel, da conquista de muitos direitos civis. Sim. E foi o século do genocídio de 6 milhões de judeus e outros tantos 20 milhões sob regimes comunistas. E foi o século em que se permitiu fazer aborto, legalmente, aos 9 meses de idade de uma criança (e em países “civilizados”). Foi o século que permitiu “países civilizados” terem a ganância financeira desmedida que resultou na crise de 2008, a qual colocou milhões de pessoas na miséria. Por isso, a moral será evolutiva? Sim, mas sempre uma evolução imperfeita e incompleta e isso nunca poderá ser comparado ao que Popper defende quando fala da refutabilidade das leis científicas, isto é, uma lei científica é válida enquanto não vier outra que a refute e instaura-se novo paradigma. Não podemos comparar a ciência à moral, que é o que parece fazer a autora, não sei se voluntariamente.

Esta evolução moral que falo, no entanto, não deixa de contradizer a existência de um bem imutável e de uma ordem natural intrínseca ao homem de qualquer tempo. Popper, outrossim, em “Mito do Contexto” critica a falácia segundo a qual as nossas opiniões estão rotunda e inevitavelmente vinculadas ao nosso contexto (familiar, histórico, etc.), tornando todos as verdades subjetivas. Ora, o facto de Thomas More defender a eutanásia (nos termos já descritos no ponto 1), ou os gregos defenderem a escravatura, apesar de existir um efeito atenuante, não quer dizer que as crenças estejam justificadas pelo tempo em que as pessoas vivem e o mesmo contexto histórico as “desculpe”, pura e simplesmente porque *houve quem estivesse contra*. Veja-se por exemplo a oposição de Hipócrates, o “pai da medicina” (460 a.C.), contra a Eutanásia, “eu não darei qualquer droga fatal a uma pessoa, se me for solicitado, nem sugerirei o uso de qualquer uma deste tipo”, muito antes de More. Desta forma, a escola hipocrática, se já se posicionava contra o que hoje tem a denominação de eutanásia e de suicídio assistido. Podemos citar textos contra a escravatura de Padre António Vieira ou os apelos de Paulo de Tarso de modo a que os escravos

fossem bem tratados (note-se neste caso que, mau grado a escravatura não ter sido abolida, era uma forma comum de subsistência e os cristãos aconselhavam o bom tratamento dos escravos, pois eram trabalhadores como outros quaisquer)²⁹. Já para não falar de Jesus Cristo, contra a vingança, a fuga aos impostos ou a poligamia.

O facto de defender que a moral segue uma evolução, esta de facto é imperfeita e até amnésica e contraditória, acrescento. Lembremos, ainda, o caso da ascensão de partidos totalitaristas na primeira metade do século XX, o fascismo italiano e o nazismo. Ambos chegaram ao poder de forma democrática e com apoio popular. Talvez, pelas “forças históricas” de Tocqueville (más condições de vida da população, no seguimento da I Guerra e da Grande Depressão?) e não por contágio, mas o facto é que a amnésia dos valores na humanidade é, de facto, frequente.

O ser humano comete consecutivamente os mesmos erros. Como relata o herói de Dostoiévsky nos “cadernos do subterrâneo”, “os homens não têm feito outra coisa, durante toda a vida, senão guerrearem-se uns aos outros, guerrear e voltar a guerrear, tanto outrora como agora”³⁰. O que pode parecer cliché, que os homens cometem invariavelmente os mesmos erros na história, mau grado a “evolução”, não o era com Auguste Comte no início do século XX e a crença cega positivista na ciência e pelos vistos não o é também ainda nos nossos dias. Este herói de Dostoiévski acaba por dissertar mais ainda sobre este “homem” que, mesmo agindo contra o seu interesse, escolhe a guerra e a sua autoextinção.

Outro autor americano, Cormac McCarthy também fala deste “apelo do sangue” que o homem tem impresso nos seus genes. Em conversa com o Juiz Holden, o jovem pergunta-lhe qual o seu ofício: “O meu ofício? Com certeza. Qual o meu ofício? A guerra. A guerra é o teu ofício. Ou não será? E não é o seu? O meu também. Sem dúvida alguma. Então e esses caderninhos e ossos e essas bugigangas todas? Todos os outros ofícios estão contidos no ofício da guerra”³¹. Mais uma vez a autora coloca a moral como uma

²⁹ O apóstolo Paulo até mesmo incentivou Filémon a tratar “como irmão” o seu escravo Onésimo que se tinha tornado cristão (Filémon, 10-17).

³⁰ In DOSTOIEVSKY, Fiodor, *A Voz Subterrânea*, trad. Natália Antunes, Quasi, Famalicão, 2008, p. 32.

³¹ In MCCARTHY, Cormac, *Meridiano de Sangue ou o Crepúsculo Vermelho no Oeste*, Relógio d’Água, Lisboa, 2004, p. 294.

questão meramente característica de cada tempo: “Enquanto , no passado, havia uma linha que não devia ser ultrapassada – “Não matarás” – poderemos chegar a uma situação em que, do ponto de vista moral, já não se sabe bem onde reside o tolerável e o intolerável”. Mais uma vez pergunto, o que está bem é decidido pelo tempo? Ou é algo imutável?

Uma última nota para a muito falada “dignidade”. Quando a autora afirma que as leis devem “proteger uma vida digna”³², então e o que dizer dos deficientes? Se vivem, são indignos? Antes pelo contrário. O que é a dignidade?

Alguém “digno” é alguém “merecedor”. Ora, todos nós somos dignos de respeito, de amor, todos concordarão. Agora, não somos dignos da doença e da velhice? Tal como da chuva ou do nosso colega do lado que tem mau hálito. Por isso, é mais um mito que é criado e uma frase tão repetida que já ninguém se questiona. A dignidade é precisamente o que se tem quando se luta e combate as dificuldades. Quando envelhecemos, perdemos a dignidade? Nunca mais errado. Se pensarmos que perdemos a dignidade quando estamos no ocaso da vida, e o que pensar de alguém que não nasceu com todas as suas faculdades, como falámos, dos deficientes? Quero amá-los mais do que aos outros pois não tiveram possibilidade de ter o que nós temos, mas se calhar alguns percebem mais da vida do que nós.

Algumas pessoas, como dizia o psicólogo austríaco Viktor Frankl, falando sobre a experiência dos campos de concentração nazis, conseguiram assumir uma “liberdade última” perante o sofrimento atroz. Alguns prisioneiros, cujo sofrimento e morte testemunharam essa liberdade interior última do ser humano, a qual não se pode perder. Sem dúvida, elas poderiam dizer que foram “dignas do seu sofrimento”, como dizia Dostoiévski. Elas provaram que, inerente ao sofrimento, há uma conquista, que é uma conquista interior. E remata, “a liberdade espiritual do ser humano, a qual não se lhe pode tirar, permite-lhe, até o último suspiro, configurar a sua vida de modo a que tenha sentido. Pois não somente uma vida activa tem sentido (...) Se é que a vida tem sentido, também o sofrimento necessariamente o terá”³³.

³² *Cfr.* MÓNICA, Maria Filomena, *Op. Cit.*, p. 78.

³³ 32 FRANKL, Viktor, *Em busca de sentido. Um psicólogo no campo de concentração*, Co-edição Sinodal/ Vozes, Petrópolis, 2004, p. 9 e 67.

EPÍLOGO

Agradeço à MFM ter despertado em mim entusiasmo sobre esta questão e a vontade de recuperar fontes que sempre me foram tão caras e não habitualmente citadas nestes temas, sejam a filosofia ou a literatura, ambas as quais nos ajudam a perceber melhor o mundo, as coisas e auxiliam-nos na tarefa de ser felizes.

Desejo sinceramente que a autora receba estes argumentos como mais um contributo para a reflexão deste tema e que nunca é minha intenção julgar pessoas em sofrimento mas discutir o verdadeiro significado de compaixão, de vida, de liberdade, amor, moral e lei, com o auxílio da literatura, da filosofia e da história, como a autora começou por, muito bem, fazer.

BARRIGAS DE ALUGUER – UMA LEI QUE NÃO PODE SER MELHORADA –

Pedro Vaz Patto¹

No momento em que escrevo, o Parlamento acaba de aprovar uma nova versão do projecto que legaliza a maternidade de substituição. Para os proponentes, trata-se da resposta ao apelo do Presidente da República no sentido de “melhorar” a primeira versão dessa lei, suprimindo algumas lacunas já anteriormente apontadas em dois pareceres do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (C.N.E.C.V.). Impõe-se afirmar, com vigor e clareza, que uma qualquer lei que legalize a maternidade de substituição não pode ser “melhorada”, porque esta é uma prática intrinsecamente contrária à dignidade humana (e, assim, contrária ao disposto no artigo 67.º, n. 2, e), da Constituição portuguesa) e nenhum enquadramento jurídico poderá obviar a isso.

Os problemas que pode suscitar nunca serão resolvidos de forma satisfatória e só a sua proibição em qualquer caso os afasta. Essa proibição vigora em muitos países e também é preconizada na recente Resolução do Parlamento Europeu 2015/2229 (N), de 17 de Dezembro de 2015, aprovada por larga maioria (e referida na mensagem do Presidente da República). O vigor e clareza dessa afirmação não provém apenas da área doutrinal em que me situo. Provém também de movimentos feministas de vários países (que confluem na plataforma internacional *Stopsurrogacynow*), os quais vêm denunciando essa prática como de exploração das mulheres mais vulneráveis, chegando a compará-la à escravatura. Essa legalização é apresentada com a marca de uma política “progressista”, quando, noutros

¹ Juiz de Direito; Presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz

países, muitas são as vozes tidas por “progressistas” e “de esquerda” que a rejeitam («*um retrocesso social*» e «*o novo domínio da alienação*» – de acordo com um manifesto da Fundação *Terra Nova*, próxima do Partido Socialista francês).

É verdade que a lei aprovada veda a exploração comercial da prática, onde residiriam os maiores riscos de exploração das mulheres pobres. O legislador não pode, porém, ignorar a realidade sociológica e o risco de tal proibição ser torneada através de pagamentos ocultos ou em espécie. Só situações de grande carência económica levam mulheres a sujeitar-se a tão traumatizante experiência (não é por acaso que a prática se vem difundindo na Índia ou na Tailândia). De acordo com o manifesto feminista italiano *Se non ora quando-Libere*, «a “*maternidade de substituição*” nunca é um ato de liberdade ou de amor, é sempre um ato de desespero». Neste contexto, a gratuidade do contrato pode representar uma forma de exploração ainda mais acentuada.

Mesmo que assim não seja em situações excepcionais (e nenhuma lei se destina a situações excepcionais, mas às que são regra), deve sublinhar-se, de qualquer modo, que a instrumentalização da pessoa (da criança e da mãe gestante), reduzida a objeto de um contrato e de um desejo de outrem, não deixa de verificar-se pelo facto de esse contrato ser gratuito. Também pode ser instrumentalizada a pessoa altruísta e desinteressada. O aproveitamento dessa generosidade para uma prática desumana será de igual modo censurável.

O recurso a amigas ou familiares (a maternidade de substituição de proximidade) pode originar ainda mais problemas, com a coexistência de duas figuras maternas “em concorrência”. Quando há laços de parentesco, suscitam-se gravíssimas consequências que já foram designadas como “curto-circuito geracional”: a criança com uma mãe gestante que é, simultaneamente, também sua avó, ou também sua tia.

Também não colhe invocar o consentimento livre e consciente da mulher gestante. Porque em situações de grave carência e desespero, tal consentimento nunca será autêntico. E porque a dignidade humana tem uma dimensão objetiva e indisponível que impede a justificação das ofensas a essa dignidade pelo consentimento da vítima.

Por tudo isto, nem a referida Resolução do Parlamento Europeu, nem a referida plataforma feminista internacional, distinguem entre uma maternidade de substituição maligna e comercial e uma maternidade de substituição supostamente benigna e altruísta.

Com a legalização da maternidade de substituição, quer o filho, quer a mãe, são, pois, reduzidos a objeto de um contrato (seja ele oneroso ou não).

A mãe gestante não pode deixar de viver a gravidez como sua. O útero é inseparável do corpo e da pessoa, não é um alojamento temporário, ou um instrumento técnico. A mulher não é uma máquina incubadora. A gravidez não é uma atividade como qualquer outra; transforma a vida da mulher física, psicológica e moralmente. Envolve toda a pessoa da mulher, pessoa que não tem um corpo, é um corpo. A instrumentalização do corpo traduz-se na instrumentalização da pessoa.

Na maternidade de substituição, o abandono da criança é, não um evento inevitável que deva ser remediado através da adoção, mas uma consequência deliberadamente programada, institucionalizada pela lei, a qual veda a obrigação mais espontânea e natural que existe: a de assumir a vida que se gerou. Impor contratualmente uma obrigação de abandono do filho que se gerou é, como afirma a filósofa feminista francesa Sylviane Agacinsky (promotora da plataforma *Collectif pour le respect de la personne*), «violentar sentimentos humanos profundos e legítimos» e «ferir emoções humanas elementares».

Para limitar essa tão desumana imposição, há quem proponha (e há legislações que a consagram) a possibilidade de arrependimento da mulher gestante durante todo o período da gravidez, ou até algumas horas após o nascimento. Desse modo, pode dizer-se que serão frustradas as expectativas do casal beneficiário. A lei que acaba de ser aprovada não aponta nesse sentido. Faz prevalecer, pelo contrário, os interesses do casal beneficiário, o seu suposto *direito ao filho* “encomendado” e a rigidez fria da vinculação contratual (*pacta sunt servanda*), sobre o sofrimento da mãe gestante, votado à indiferença.

Compreende-se, assim, como a contratualização da gestação se traduz na instrumentalização da pessoa. Essa lógica de instrumentalização da pessoa acarreta, com frequência, a imposição de regras de conduta durante

a gravidez nos domínios mais pessoais e íntimos. Sobre esta questão, pronuncia-se também Silvanne Agacisnky (*in Le corps em miettes*; Flammarion, 2013, pgs. 92 e 93):

«Pedir a uma mulher para estar grávida em substituição de outra significa concretamente que ela deve viver nove meses, vinte e quatro horas sobre vinte e quatro, abstraindo da sua própria existência corporal e moral. Deve transformar o seu corpo em instrumento biológico do desejo de outrem, em suma, deve viver ao serviço de outrem, retirando à sua existência qualquer significado para ela própria.»

Pretendendo colmatar uma das lacunas apontadas pelo C.N.E.C.V. e pelo Presidente da República, a lei agora aprovada proíbe a imposição desse tipo de regras. Mas tal proibição pode não ser suficiente para evitar a sua imposição na prática, pois só elas são coerentes com a motivação que preside ao contrato: a contratualização da gestação, sendo que esta envolve toda a pessoa e toda a vida da mulher.

O filho é tratado como objeto do contrato. Essa circunstância, por si só, ofende a sua dignidade. Não pode dizer-se que objeto do contrato é, antes, apenas uma prestação por parte da mulher gestante. O que pretendem, e o que move, os requerentes ou beneficiários não é apenas a gestação, mas a entrega da criança fruto dessa gestação.

Todos os contratos de maternidade de substituição envolvem um grave dano para a criança, que sofre o trauma do abandono, a quebra abrupta da intensa relação física, psíquica e afetiva (sobre a qual cada vez há mais informação científica) tecida com a mãe durante todo o período da gestação. A criança fica privada do saudável reconhecimento do corpo onde habitou na primeira etapa da sua existência. Nesta medida, a maternidade de substituição representa sempre a sobreposição do desejo dos requerentes ao bem da criança.

Mas a lógica da instrumentalização (ou “coisificação”) do filho pode ir mais longe.

Outra das lacunas que a lei agora aprovada pretende colmatar diz respeito às situações em que vem a verificar-se malformação ou doenças do feto. São conhecidos casos de recusa, pelos requerentes, da criança recém-nascida portadora de deficiência, ou de exigência de prática de aborto do

feto portador de deficiência. Não se trata de hipóteses académicas, mas de situações já ocorridas em vários países. A lei aprovada estipula apenas que o contrato deve contemplar a regulação desta eventual ocorrência, não excluindo, pois, que as partes possam acordar no sentido da obrigação da prática do aborto, sob pena de declinação de qualquer responsabilidade do casal beneficiário para com a criança nascida. Eis-nos perante a expressão máxima (em toda a sua crueza e crueldade) da lógica da “coisificação” do filho “encomendado” e da “cultura do descartável”: o “produto” rejeitado por “defeito de fabrico”, pela falta da “qualidade” pretendida e contratada. O filho que não vale por si, mas porque (e na medida em que) corresponde a um desejo bem determinado. E eis-nos também perante a expressão máxima de insensibilidade perante o drama da mulher gestante, a quem se impõe a violação da mais espontânea e natural das obrigações (cuidar da vida que traz dentro de si), não apenas através do abandono do seu filho, mas (mais grave ainda) através da supressão da vida deste (o aborto já não como opção, mas como obrigação).

Em suma, uma qualquer lei que legalize a maternidade de substituição nunca pode ser “melhorada”, porque, como afirmou a Associação dos Juristas Católicos em recente comunicado, «*não é possível remediar o que não tem remédio*», e «*a proibição da maternidade de substituição é um imperativo da proteção da dignidade humana*».

A lei foi APROVADA na Assembleia da República pela maioria de esquerda, em 20/07/2016.

RAZÃO E RADICALISMO¹

Paulo Vasconcelos Jacobina

A arte da apologética é uma arte antiga, mas em declínio absoluto na nossa contemporaneidade. E não falo somente da apologética como parte da teologia, aquela recomendada por São Pedro na sua primeira Carta, capítulo 3, versículos 15 e 16. Esta sofre um desprestígio enorme, nos últimos tempos, como se fosse uma filha bastarda da teologia, um propagandismo inaceitável da fé na contemporaneidade, em que ser cristão parece com pouco mais do que ter “bons sentimentos” e engajar-se em alguma causa “social”. Falo mesmo da apologética como a *capacidade de escolher princípios para a própria vida*, coerentes com a razão humana, com a herança social e nacional, com a educação pessoal e com a fé professada e vivida, e *dar as razões* pelas quais adopta tais princípios, mesmo tendo a certeza de que nem a própria vida, nem a vida dos outros, pode representar na prática a realização plena dos princípios adoptados.

Não falo aqui do farisaísmo de quem se considera “exemplo”, e quer impor aos outros o próprio padrão moral como pressuposto de aceitabilidade ou respeitabilidade social. A verdadeira misericórdia, diz o Papa Francisco na sua recente Bula “*Misericordiae Vultus*”, certamente ultrapassa a justiça – mas *jamais se volta contra ela, ou a quer destruir*. Diz o Papa, no § 2º da Bula: “*A misericórdia é a lei fundamental que mora no coração de cada pessoa, quando vê com olhos sinceros o irmão que se encontra no caminho da vida. Misericórdia é o caminho que une Deus e o homem, porque nos abre o coração à esperança de sermos amados para sempre, apesar da limitação dos nossos pecados*”.

¹ (c) Innovative Media Inc. Enviado por Zenit.org (<http://www.zenit.org/portuguese/permissoao.html>).

A falsa misericórdia e a desconstrução da verdade.

Mas há uma força imensa movendo a nossa contemporaneidade, que defende que o acto supremo de misericórdia consiste em *negar* que sejamos pecadores; *somente destruindo a própria lei é que o homem se tornaria misericordioso para com o irmão que peca, e estaria também habilitado a receber misericórdia por seus próprios pecados*. É como se de repente alguém quisesse culpar os *hospitais* pelas *doenças* que há no mundo. Para usar de uma analogia, diríamos: é como se, na mente dessas pessoas, os protocolos médicos de saúde pública, prevenção e tratamento fossem os *verdadeiros responsáveis* pela vulnerabilidade das pessoas à *doença*. Eliminemos os padrões de saúde, e não teremos mais doentes, pensam os que defendem que somente com o fim de todos os padrões *culturais, tradicionais e religiosos* haveria verdadeira *misericórdia* no mundo. Não percebem, no entanto, que o fim da medicina não elimina a *doença*, mas o *tratamento*.

É assim que as grandes forças intelectuais da contemporaneidade, em nome de seu suposto projecto de construir um mundo *melhor*, mais *justo* ou mais *igual*, desenvolveram uma série de *ideologias* que transferem a origem do mal exactamente para os *sistemas desenvolvidos para combatê-lo*: transformam toda a *relação* humana numa *opressão* a ser denunciada, toda a cultura e qualquer civilização numa *estrutura falsa* a ser impiedosamente denunciada e demolida e toda a religião numa *impostura* a ser combatida. E toda uma série de *ismos* foi desenvolvida para justificar esse combate subtil e perverso contra não somente o que deve ser combatido, mas principalmente contra aquelas realidades que, por serem capazes de prover o ser humano de relações *potencialmente necessárias*, mas sempre *imperfeitas e defeituosas*, são vistas como *más* em si mesmas e como objecto necessário de desconstrução (a palavra *desconstrução* está na moda entre tais forças). Cito o *relativismo*, o *hedonismo*, o *sentimentalismo* moral, o *feminismo de género*, o *cientificismo materialista* (como desvio do verdadeiro e legítimo conhecimento científico), como algumas das tantas ideologias que prevalecem na contemporaneidade, em nome da desconstrução “*misericordiosa*” das relações, vistas como *opressoras e limitadoras* das liberdades em si mesmas.

A diferença entre *teorias* e *ideologias*.

Chamo estas correntes de *ideologias*, e não de *teorias*, porque as verdadeiras *teorias* admitem um questionamento *crítico* e *radical*, enquanto as ideologias, *não*. Explico. Ser *crítico* não é sair desconstruindo, agredindo e ofendendo tudo, como parece ser a norma em certos debates públicos hoje, mas *procurar os critérios*, questionar os critérios no pensamento debatido. Ser *crítico* não é *rejeitar* todo e qualquer critério (isto qualquer adolescente sabe fazer). Mas ser crítico é buscar critérios sólidos para o próprio pensamento. Trata-se de *tê-los*, e mais, trata-se de tornar *explícitos* os verdadeiros critérios do debate – não os alegados, mas os *efectivos*. Com todo o respeito à pessoa do outro “debatedor”, mas sem medo de confrontar solidamente os seus *argumentos*.

Neste campo, qualquer discussão que se pretenda séria e que comece acusando de *fóbico* ou de *opressor* o debatedor que discorda já se transformou numa discussão ideológica. As fobias *existem*, e devem ser combatidas com toda seriedade. Mas acusar de fóbico qualquer um que discorde das suas próprias teorias ideológicas é impossibilitar, mesmo em tese, qualquer possibilidade de discussão *crítica*. É transportar o diálogo para o campo do *argumento pessoal* contra o outro, e mais, transformar o outro em alvo fácil para a militância “*engajada*”. Esta é exatamente a marca daqueles modos de pensar que John Rawls coloca como *desprovidos de sustentação em razões públicas*, ou seja, em razões que não derivam de um sistema de pensamento fechado e insusceptíveis de debate franco. Pois quem discorda dos consensos contemporâneos, tão frágeis em seus fundamentos ideológicos, é de logo tachado como *fóbico*, *fundamentalista*, *intolerante* ou *integralista religioso*, e desclassificado como *pessoa sem voz*. Quando na verdade são os ideólogos de tais sistemas que estão agindo longe da recta razão e do respeito ao outro.

A verdadeira *crítica* e o verdadeiro *radicalismo* partem sempre da recta razão.

Ao lado da verdadeira crítica que parte da recta razão, está o verdadeiro *radicalismo* filosófico – que é a busca racional e aberta da *raiz* do que

está sendo debatido. Qual a “verdadeira raiz” deste assunto? Esta é a única pergunta efectivamente *radical* que se pode colocar. Mas quando se acredita que a raiz de tudo o que existe no mundo é apenas a *opressão* resultante de qualquer *relação* – seja ela económica, religiosa, social ou mesmo sexual – então a simples *pergunta pela raiz* de um pensamento, feita por quem não parte do mesmo pressuposto “*libertador de opressões*” coloca imediatamente o questionador na posição de *opressor*, e portanto desautorizado para o debate. Para estes pensamentos, estes “ismos” contemporâneos, qualquer um que coloque questionamentos *críticos* e *radicais* a partir de outra base que não aquela do “*combate às opressões*” acima listadas é, por princípio, ele mesmo, um *opressor*, e não está admitido ao diálogo, mas torna-se imediatamente alvo de militância. Neste sentido, por não permitir questionamentos críticos e radicais a partir de outros fundamentos filosóficos que não os seus próprios e que estes pensamentos não se constituem em teorias, mas em verdadeiras *ideologias*.

Construir uma nova apologética – um desafio enorme.

Tudo isto parece muito complicado, e de facto é. Principalmente porque, a partir do *pecado original* (para quem acredita nele) ou do campo do “*inconsciente*”, do “*id*”, da “*sombra*”, (para quem não acredita no termo “*pecado original*”, mas não pode deixar de enxergar sua realidade ontológica), toda a *relação* tem em si a potencialidade do desvio, da imperfeição, do logro, da frustração. Ocorre que os ideólogos contemporâneos denunciam as próprias relações a partir da sua patologia *acidental*, como portadoras de um *mal* intrínseco. Assim, o facto de que há, por exemplo, famílias *patogénicas*, determinaria que *todas as famílias o são*, e que portanto deveríamos *desconstruir* a própria noção de família. E qualquer um que venha ponderar, no sentido de que não é justo condenar a *substância* pelo *acidente indesejado* passa a ser apenas um *fundamentalista tradicionalista conservador patriarcal*. Agredido pessoalmente, sem poder replicar no mesmo tom por causa das suas convicções sobre o respeito ao outro e à objectividade da razão humana, o “*debatador*” cala-se. E os ideólogos proliferam.

Seria neste campo que agiria uma verdadeira nova apologética. Diante de uma forte barreira ideológica como esta, reafirmar a capacidade da ra-

ção humana de *não somente conhecer critérios*, como de *questionar a partir deles a fim de os aprofundar e os arraigar mais firmemente na verdade* é uma tarefa primordial de uma apologética assim. Uma apologética que de facto nos possibilite reentrar nos debates contemporâneos com plena confiança na força da argumentação sensata, venha ela do costume imemorial, das tradições religiosas ou das descobertas verdadeiramente científicas ou filosóficas.

Sem ter que ficar a todo momento justificando as próprias posições, mesmo as mais respeitadas à pessoa do debatedor adverso, e mais abertas a ponderar com calma as razões que apresenta, contra acusações de *conservadorismo, integralismo, fobia, antilaicismo, tradicionalismo, opressão* ou quaisquer outras que simplesmente desclassificam *a voz* do interlocutor. Quem terá coragem de desenvolver uma nova apologia nestes termos? Não é um desafio fácil. Mas será um grande serviço à democracia e, principalmente, ao espírito humano.



TEMAS ACTUAIS

- **Colonização ideológica**
- **Não em nome de Deus**
- **O secularismo promove o radicalismo**
- **Vida humana**
- **Eutanásia**

TEMAS ACTUAIS

**COLONIZAÇÃO IDEOLÓGICA:
A RESPONSABILIDADE DOS MEIOS
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Oswaldo Rinaldi*

A nossa sociedade é cada vez mais caracterizada por um profundo sentimento de egoísmo que invade todos os sectores. Cada um luta pelos seus direitos, esquecendo-se dos seus deveres. A palavra “direito” é interpretada como algo que satisfaça as necessidades pessoais, sem considerar as necessidades e o bem dos outros.

É possível, no entanto, considerar “direito” algo que ofende o mais fraco? Podemos falar de “direito” quando se atropela a dignidade dos outros? Os direitos podem ser desvinculados da lei da natureza?

Há muitas outras questões que cada um poderia colocar-se, mas o coração da questão é o de associar a palavra “direito” não só aos desejos pessoais, mas também ao bem do próximo.

Um clássico exemplo do nosso tempo histórico é a inversão do direito entre pais e filhos. As crianças, sendo criaturas mais fracas do que os grandes, têm o direito de ser protegidas e educadas segundo as necessidades naturais para um harmonioso crescimento humano e espiritual.

O princípio fundamental de todos os direitos é a verdade. Quando se nega a verdade se cancela o direito do mais fraco. Hoje assistimos ao triste fenómeno do empobrecimento dos direitos das crianças, às quais se nega o direito de não serem descartadas quando a sua vida está na fase embrionária, o direito de nascer do seio materno de forma natural, o direito de não ser considerada mercadoria de lucro das organizações que exploram a maternidade de aluguer, o direito de ter um pai e uma mãe.

* Enviado por *Zenit.org*.

O **hedonismo**, como conceito filosófico que busca apenas o bem-estar e o prazer como bem supremo e como objectivo principal da vida, produziu efeitos diferentes daqueles desejados, trazendo inquietação na vida presente e desespero na vida futura.

O outro mal dos nossos tempos é o **relativismo**, que desestabilizou todas as verdades fundamentais da vida humana. Esta filosofia do pensamento considera tudo válido e ao mesmo tempo tudo relativo, negando os princípios absolutos. Nega-se o princípio fundamental das leis da natureza sobre a vida, sobre a família e sobre o matrimónio. Nega-se também o direito a ter um trabalho digno, porque a dignidade do homem é considerada um facto relativo. O relativismo leva a considerar diferente o valor de cada ser humano: só quem produz riqueza e ocupa uma posição de destaque na sociedade merece um adequado respeito e maiores direitos humanos.

Esta concepção relativista está na base da crise económica e da crescente disparidade entre as pessoas ricas e pobres do nosso planeta.

O **consumismo** é uma outra chaga que ofende gravemente os direitos dos mais pobres, porque é a consequência directa da cultura do desperdício que priva do necessário os mais fracos da terra.

O consumismo leva ao desperdício, e o desperdício gera o descarte. O consumismo é a negação da sobriedade e da partilha, porque afirma o falso direito a possuir o supérfluo e esquece o dever da solidariedade. A solidariedade é um dever para a sociedade, porque uma nação solidária faz reflorescer a economia, evita a concentração de dinheiro nas mãos de poucos, produz uma maior circulação de bens e conduz à um crescimento dos consumos.

O último flagelo do nosso tempo é o **controle dos meios de comunicação** que silenciam as verdadeiras exigências do homem distraindo a população dos verdadeiros problemas da vida quotidiana.

A coisa que surpreende é a uniformidade da informação que, todos os dias, aparece nos jornais e na televisão. A coincidência das programações dos telejornais e dos títulos dos jornais dão a entender que muitos meios de informação são governados por donos únicos transversais.

A luta pela defesa da família tradicional e da natureza do homem é um exemplo eloquente. A família fundada no matrimónio entre homem e mulher é excluída, ridicularizada ou marginalizada pelos serviços televisivos.

Enquanto isso diariamente se organizam manifestações a favor da petição de legitimação dos direitos das pessoas homossexuais, relatam-se informações longas e detalhadas, mesmo que diga respeito à nação mais escondida do nosso planeta.

Aqueles que defendem a família natural são rotulados como homofóbicos. Enquanto isso, se são atacados os princípios cristãos, a família tradicional e a realidade objectiva da natureza do ser humano, ninguém ousa pronunciar as palavras cristianofobia, familiafobia ou naturezafobia. O mundo de hoje usa a palavra fobia e os cristãos sofrem desde sempre a perseguição, a qual é a mesma desde o começo do cristianismo mas, em cada tempo histórico, assume formas e conotações diferentes, de acordo com a ideologia dominante do momento.

Muitos países do mundo têm a democracia como sistema de governo, mas quase todas as nações sofrem a ditadura do pensamento único, que quer impor uma única ideia, através do controle dos meios de comunicação filiados nos dominantes “lobbys” globalizantes.

Um exemplo actual desta colonização ideológica é a *ideologia de género*. Se você declara que pensa de forma tradicional e rejeita o pensamento ideológico do género, é etiquetado como homofóbico, uma palavra usada de forma depreciativa, que alguns até querem que seja reconhecida como causa de condenação penal com a sua própria pena.

Estes quatro flagelos destroem os direitos do homem e são a causa das injustiças, das desigualdades e dos sofrimentos dos nossos tempos.

O mundo moderno quer excluir Deus da sociedade e esta é a verdadeira causa de todos os sofrimentos, das angústias e dos disparates dos nossos dias. Onde é exaltada a grandeza de Deus, reconhece-se a dignidade do homem. Este é o caminho a seguir, que conduz a redescobrir o valor do ser humano e ajuda a reencontrar o sentido da existência.

TEMAS ACTUAIS**«NÃO EM NOME DE DEUS»****Pedro Vaz Patto**

«Com muita frequência na história da religião, muitas pessoas mataram em nome do Deus da vida, combateram guerras em nome do Deus da paz, odiaram em nome do Deus do amor e praticaram a crueldade em nome do Deus da compaixão. Quando isto sucede, Deus fala, por vezes com uma voz calma e fraca, quase inaudível, sob o clamor dos que pretendem falar em seu nome. O que diz nessas ocasiões é: Não em meu nome».

«**Not in God's name**» é o título de um livro recentemente publicado (pela editora Hobber), de onde constam estas frases, da autoria de Jonathan Sachs. Este autor foi durante vários anos rabino-chefe do Reino Unido e dos países da *Commonwealth* e recebeu este ano o prémio Templeton, uma espécie de prémio Nobel «para o progresso da religião», como homenagem ao seu contributo para o entendimento entre pessoas de diferentes religiões.

A tese central desse livro pretende refutar a ideia de que as religiões, em especial as religiões monoteístas (com a sua defesa de uma verdade absoluta), são necessariamente causa de violência.

Jonathan Sachs não ignora que com frequência se procura legitimar religiosamente o ódio e a violência. Isso sucede não por causa da religião, mas por causa da natureza humana, capaz do melhor e do pior. E sucede porque a religião é a força mais poderosa para criar e manter a identidade e coesão de um grupo, a confiança entre desconhecidos. O problema surge quando a identidade e coesão de um grupo se constrói *contra* outro grupo. E quando uma visão dualista faz passar a fronteira entre o bem e o mal no limite que divide um grupo do outro, e não no interior de cada pessoa (o mal está sempre nos que são diferentes de nós, e nunca dentro de cada um de nós).

Os terroristas que hoje invocam o Islão para justificar a violência não o fazem tanto por serem vítimas de exclusão social, ou por viverem com

intensidade a religião (que conhecem superficialmente), mas porque buscam, de um modo perverso, uma identidade, um sentido de pertença e uma aspiração de entrega pessoal que as sociedades materialistas e individualistas de hoje não satisfazem.

Mas esse papel de cimento de identidade contra outros também foi desempenhado por ideologias que imperaram no século XX e que pretendiam substituir a religião. E a violência chegou ainda mais longe: Hitler, Estaline, Mao, Pol Pot.

O desafio não é, então, o de suprimir ou viver com menos intensidade a religião, mas o de a viver com mais autenticidade. Porque nas religiões monoteístas que se reconhecem na fé de Abraão encontra-se o antídoto radical ao ódio e à violência.

As religiões politeístas serviam de justificação do poder hierárquico político e social (o faraó, o imperador ou o rei eram, de vários modos, equiparados a Deus). A novidade da Bíblia hebraica (o Antigo Testamento, para os cristãos) está na valorização de qualquer pessoa como «imagem e semelhança de Deus», de um Deus que intervém na história para libertar os que não têm poder, em defesa dos mais pobres, fracos e vulneráveis. Os profetas criticam o poder e promovem uma ordem social de justiça, amor e paz. O caminho da violência em nome da religião é o da vontade do poder, o de Caim, não o de Deus, que a essa violência responde: «A voz do sangue do teu irmão clama da terra até mim» (*Gn 4, 10*).

As religiões podem satisfazer aquelas aspirações de identidade, pertença e sentido que não são satisfeitas pelo materialismo e o individualismo contemporâneos. Podem fazê-lo superando a visão dualista (que divide o mundo em bons e maus), com a consciência de que a fronteira entre o bem e o mal passa pelo coração de cada um de nós. Há estudos que revelam como a religião incrementa o “capital social”, o serviço e o amor aos outros e à comunidade. E também a capacidade de renúncia, que é condição indispensável para superar a grave crise demográfica de hoje.

A resposta à violência em nome de Deus é, assim, um desafio de âmbito teológico e vivencial, que se coloca a judeus, cristãos e muçulmanos e que passa pela educação das jovens gerações. Um desafio da maior atualidade, que torna particularmente oportuno este livro do rabino Jonathan Sachs.

TEMAS ACTUAIS**O SECULARISMO PROMOVE O RADICALISMO****Federico Censi**

O seu nome é Karim Mokhtari. Poderia ter se juntado às fileiras dos jovens imigrantes franceses, de segunda ou terceira geração, que sacrificam a própria vida no altar de um suposto jihadismo. Poderia ter explodido a sua raiva devido à marginalização social levantando o Alcorão com um mão e com a outra mão uma arma de fogo. Poderia, mas não fez. Ou melhor, entrou por este caminho, mas conseguiu sair antes que fosse tarde demais. Karim Mokhtari mergulhou nas profundezas da culpa e soube, depois, subir ao topo da redenção.

E *Rédemption – Itinéraire d'un enfant cassé* (Redenção – Caminho de uma criança ferida) é o título de um seu livro, que narra sem censura a sua infância violenta, a delinquência juvenil, a peregrinação entre reformatórios e prisões. E depois o resgate, devido ao encontro com um capelão católico, que o levou até o compromisso para ajudar jovens que se encontram na mesma situação.

A turbulenta história deste filho da periferia começa em 1978. Nasce de uma mulher francesa e de um homem argelino, que o abandona ainda pequeno. Sua mãe encontra, então, um novo companheiro, que se torna um péssimo padastro. É alcoólatra, racista e violento. O pequeno Karim torna-se rapidamente a vítima predileta das suas piores opressões.

O afecto que não recebe transforma-se rapidamente num fogo terrível destinado a consumir-se nos muros descascados e becos escuros das periferias. Quando os seus colegas brincavam ainda com as armas de brinquedo, ele já tinha começado a atirar com as verdadeiras, apontando-as no rosto de comerciantes para roubar. Com 12 anos os seus pulsos já conheceram as algemas da polícia.

Dos 12 aos 17 anos passa por três reformatórios. Uma experiência que, no entanto, não serviu para endireitar uma vida que serpenteia através de caminhos tortuosos. “Aos 18 anos faço a maior estupidez da minha vida”, confidencia Karim. Tomado por delírios de onipotência, junto com dois amigos, decide assaltar um traficante poderoso da sua região. Após o assalto permanece na calçada um homem sem vida.

Este é o início de um pesadelo, que faz Karim conhecer a dureza da realidade na qual tinha entrado. Foi preso e condenado a dez anos de prisão. Acostumado às portas dos reformatórios, vive como um trauma o reencontrar-se detrás das frias grades da prisão. Cai num grave estado de angústia. Tenta suicidar-se várias vezes.

Explica no seu livro: “Eu queria mudar, mas não sabia como. Sentia-me perdido”. Um dia, parece que finalmente encontrou um caminho para a paz interior que tanto anseia. No pátio, na hora de tomar ar, encontra-se com um grupo de presos – de origem maghrebina como ele – que se reúne para orar de acordo com o ritual islâmico.

“Parecia que sofriam muito menos do que eu”, afirma. Por isso, convencido de que aproximando-se da religião islâmica pudesse aliviar os próprios instintos violentos, e – acrescenta – também “acalmar o ódio contra a minha família e a sociedade”. Aproxima-se então deste grupo de presos. Faz contacto com um autoproclamado imã, um homem que guia a oração porque tem um certo conhecimento dos textos sagrados e fala corretamente o árabe. É ele que o inicia no islão.

De pessoas como esta, as prisões francesas estão cheias. Eles são – segundo Karim – referência para jovens perdidos em busca de uma identidade. Estes “imanes das prisões” – acrescenta – “têm muita responsabilidade no aumento do radicalismo”. A experiência vivida por Karim ensina que na verdade “aqueles que tomam as rédeas são pessoas ambíguas com pouco conhecimento da religião, mas com muito carisma, que lhes permite manipular as pessoas”.

Manipulação que Karim vive na sua pele. E como ele, uma multidão de jovens reclusos do Norte Africano. As autoridades da prisão decidiram então transferir alguns presos para os dispersar em mais centros prevenindo grandes motins.

É neste ponto que Karim conhece o verdadeiro rosto do seu imã. “Ele veio à minha cela e me encarou com um olhar sério, que eu nunca tinha visto antes – explica –. Disse-me que estávamos para separar-nos e que o meu dever de muçulmano era o de defender o islão matando os infieis”.

Mais uma vez o ódio, a violência, a morte. O que Karim pensou que poderia derrotar ao converter-se ao Islão, tornam-se, pelo contrário, os objetivos indicados pelo seu guia espiritual. “Compreendi, assim, que aquela vida significava mais violência do que jamais havia cometido, que não teria encontrado a paz que tanto procurava na religião”, é a reflexão de Karim.

Na prisão à qual foi levado, Karim perde os contactos com todos os seus velhos correligionários. Cai novamente numa aflição extremamente excruciante, sentindo-se traído até mesmo pela fé em Deus. De repente, porém, acontece uma reviravolta. Uma manhã, aparentemente, como muitas outras, um capelão católico que deveria encontrar outro prisioneiro, entra acidentalmente na sua cela

O erro, no entanto, se transforma em uma oportunidade de conversa. “Eu fiz coisas irreparáveis e os homens não me perdoaram. Eu não sei se Deus o fará”, fala Karim. O sacerdote respondeu dizendo que “Deus coloca à prova aqueles que ama”. Provas que compete a nós reconhece-las como tais, para transformá-las em motivos de libertação.

Karim refletiu longamente sobre este encontro. Começa a aprofundar os conteúdos da fé católica e a encontrar periodicamente aquele sacerdote. “Decidi que a partir daquele momento eu não seria mais um animal, mas sim um homem”. Nesta fase o neófito cristão entrou em contato com alguns voluntários da prisão e, como está publicado no site Religionenlibertad, começou a se corresponder com uma garota, com a qual trata estes e outros temas.

Aos 25 anos, quando ele sai da cadeia, Karim é um novo homem. Fica noivo e se casa com a destinatária das suas cartas da prisão, com quem tem hoje dois filhos. Se torna, também ele ativista na prisão, procurando ajudar aqueles jovens em que reconhece o seu percurso insensato. Falando de religião, de senso cívico e de justiça, supre as deficiências do Estado, contribuindo a fazer inserir na sociedade pessoas que nas suas vidas conheceram só o gueto das periferias, os muros da prisão e a doutrinação à criminalidade ou ao ódio religioso.

Desta forma – diz Karim – “consegui reparar o dano que eu fiz à sociedade”. O ex-presidiário não procura desculpas para a delinquência, mas ao mesmo tempo, não economiza críticas ao seu País, a França. Explica que as condições de prisão são desumanas, ameaçam a saúde física e mental dos reclusos. “Já saí há anos, mas ainda tenho escalafrio quando sinto o cheiro daqueles lugares”, afirma.

Também afirma que não é um “ingênuo abolicionista”, mas deseja que a França saiba promover a dignidade humana também nas prisões. Porque onde não chegam as autoridades, podem chegar os tentáculos do radicalismo. “Quando um preso se sente assim perdido, se segura em qualquer mão que lhe é oferecida – afirma – . Muitos querem entrar em um grupo, sentir-se úteis, importantes, respeitados”.

Finalmente, Karim se entrega a uma amarga reflexão sobre a forma como o laicismo é interpretado. Se o debate religioso é tirado das escolas e das outras estruturas públicas, “só se favorece uma leitura errada da religião”. Além disso, como a sua experiência mostra, secularismo e radicalismo são dois lados da mesma moeda. E então a “medalha” que deve ser valorizada é outra: é aquela em forma de cruz que trazem os capelães das prisões.

TEMAS ACTUAIS**VIDA HUMANA**

O professor Bruno Dallapiccola é uma das mais altas autoridades italianas no campo da genética. Lecionou em várias universidades italianas; aquela em que dá aulas atualmente é La Sapienza de Roma. Foi presidente da Sociedade Italiana de Genética Médica, da Federação Italiana de Estudos de Doenças Hereditárias e da Sociedade Italiana de Genética Humana.

Dallapiccola é o atual diretor científico do hospital pediátrico Bambino Gesù, em Roma, além de membro da Comissão Nacional de Bioética e do Conselho Superior de Saúde.

ZENIT entrevistou-o como grande autoridade no domínio da genética, para dar a conhecer o seu pensamento sobre a vida humana. Damos a seguir o conteúdo dessa entrevista, que foi conduzida por Carlo Casini.

Professor Dallapiccola, o senhor está entre os primeiros que já assinaram o testemunho-apelo dirigido à União Europeia para implementar a segunda fase da iniciativa “Um de nós”¹. O seu convite é muito importante para cientistas e médicos e, é claro, para todos nós, que lhe perguntamos: a afirmação de que o concebido é um indivíduo vivo da espécie humana desde a fecundação tem base científica ou depende de uma visão religiosa?

Prof. Dallapiccola: A declaração tem uma referência científica precisa. Não há dúvida de que a fusão de dois gametas humanos dá origem a um zigoto humano, que tem o potencial de se transformar num embrião, depois em feto, depois em recém-nascido, depois em adulto. Também não existe dúvida de que o projeto biológico é único e irrepitível, dada a unicidade do genoma humano.

¹ Projeto popular que pede o reconhecimento da obviedade de que o ser humano é um ser humano desde a sua concepção.

ZENIT: Todos os manuais de genética, biologia e medicina modernos ensinam que, a partir da fecundação, começa um processo de desenvolvimento que não tem saltos de qualidade e que é orientado finalisticamente. Mas alguns argumentam que não haveria um ser humano até ao 14º dia depois da concepção. O que responder a essa ideia?

Prof. Dallapiccola: O desenvolvimento a partir da concepção é um processo contínuo. Sabemos que, nos primeiros 14 dias, o desenvolvimento é essencialmente de tipo “proliferativo” e, depois, é de tipo “diferenciativo”. O prazo de 14 dias reflete estas duas fases. A primeira delas coincide com o tempo dentro do qual se podem formar os gémeos monozigóticos (ou seja, a divisão da massa do embrião em duas ou, raramente, mais partes, correspondentes a um número equivalente de gémeos idênticos em termos genómicos, mas não necessariamente no nível funcional). Este projeto biológico humano é exatamente humano tanto antes quanto depois do 14º dia.

ZENIT: O senhor foi presidente da Comissão Ciência e Vida, vitoriosa no referendo promovido por aqueles que queriam destruir a Lei 40/04 sobre a procriação medicamente assistida. O senhor ainda considera válidos os slogans que a Comissão Ciência e Vida utilizou naquele confronto, “seres humanos” e “unidos pelo futuro do homem”? Continua sendo verdade que o embrião deve ser considerado e protegido como um sujeito e não como uma coisa cujo valor depende de opiniões?

Prof. Dallapiccola: Os dez anos que nos separam daquele referendo não afetaram a validade daqueles slogans. Em todo o caso, tornaram possível verificar algumas das afirmações que fizemos nossas naquela campanha. Lembro-me do que eu previa no tocante à destruição de embriões para fins de pesquisa: antes que alguém consiga usar os embriões humanos destinados à pesquisa com fins terapêuticos, outro alguém vai conseguir reprogramar as células do adulto e usá-las com fins semelhantes àqueles com que se usam hoje as células estaminais embrionárias. Menos de dois anos depois, a previsão já se tinha tornado realidade e o descobridor das

células estaminais pluripotentes induzidas, Shinya Yamanaka, ganhou o Prémio Nobel.

ZENIT: “Um de nós”, em referência ao embrião humano, é uma declaração laica ou confessional?

Prof. Dallapiccola: Eu considero-a uma afirmação suficientemente laica. Podemos dizer que ele é o menor de nós, um de nós em miniatura, mas dotado de todas as nossas potencialidades.

ZENIT: A União Europeia não tem competência normativa em matéria de aborto e de direito à vida. No entanto, ela sistematicamente oferece ajudas financeiras a organizações internacionais que propagandeiam e praticam o aborto. Diante da demanda de 2 milhões de cidadãos europeus, a Comissão de Bruxelas argumentou que os financiamentos se referem à prática de abortos legais e à salvaguarda da saúde da mulher. O senhor acha que esta justificação é aceitável?

Prof. Dallapiccola: Acho que esta afirmação atribui ao conceito de “saúde” um sentido excessivamente amplo e provavelmente não de todo apropriado, ainda mais numa substancial proporção das mulheres que recorrem ao aborto.

(Zenit, 19 Fevereiro 2016)

TEMAS ACTUAIS

EUTANÁSIA

Pela sua importância transcrevemos a seguir uma Declaração conjunta de cinco Bastonários da Ordem dos Médicos.

Eutanásia, Suicídio assistido e Distanásia

Em defesa e protecção das pessoas, a Constituição da República Portuguesa, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e todos os Códigos de Ética Médica afirmam claramente que, nas suas múltiplas dimensões, a vida humana é inviolável.

Na sequência do primeiro caso de eutanásia infantil na Bélgica, os sucessivos Bastonários da Ordem dos Médicos fazem, por unanimidade, a seguinte Declaração :

1. Eutanásia é a morte intencionalmente provocada por um profissional de saúde. Não é mais do que tirar a vida, seja qual for a razão e a idade. Não é eutanásia a aplicação de medicação ministrada com a intenção de diminuir o sofrimento do doente terminal mesmo que contribua indirectamente para lhe abreviar a vida (mecanismo do duplo efeito).
2. Suicídio farmacologicamente assistido, por médico ou qualquer outra pessoa, sob qualquer argumento, mesmo o de aliviar sofrimento, é igualmente tirar a vida.
3. A Distanásia ou obstinação terapêutica, em que se prolonga a vida, sem esperança de recuperação, e o inerente sofrimento do doente e familiares, é igualmente condenada.
4. A Eutanásia, o Suicídio assistido e a Distanásia representam uma violação grave e inaceitável da Ética Médica (repetidamente condenados pela Associação Médica Mundial). O Médico que as pratique nega o essencial da sua profissão, tornando-se causa da maior insegurança nos doentes e gerador de mortes evitáveis.
5. Em nenhuma circunstância e sob nenhum pretexto, é legítimo a sociedade procurar induzir os Médicos a violar o seu Código Deontológico e o seu compromisso com a Vida e com os que sofrem.

Setembro 2016

Subscvem por ordem alfabética :

António Gentil Martins:



Carlos Soares Ribeiro:



Germano de Sousa:



José Manuel Silva:



Pedro Nunes:





NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS

AS CRIANÇAS NA IDEOLOGIA DE GÊNERO

Por detrás de todo o movimento de mudança cultural perigosa há organizações como a ONU, a UNESCO, o Fundo de População das Nações Unidas ou a Organização Mundial da Saúde. O objectivo é bem claro – dissolução do conceito e organização natural da Família, substituindo-o gradualmente por formas aberrantes facilmente manipuláveis.

A organização *The Family Watch International*, que luta contra o financiamento de grandes organizações aos programas de formação sexual promovidos a nível mundial, criou o vídeo documentário *The War on children* (Guerra contra a infância).

O documentário narra como através da educação se estão a manipular as crianças (sem o consentimento dos seus pais!). Esse vídeo, disponibilizado com legendas em espanhol, conta com duas versões, uma completa, de 35 minutos, e outra reduzida, de 10 minutos.

O vídeo mostra como o Estado, por meio das Escolas, especialmente as públicas, está a tomar o lugar dos pais no direito que têm de educar os próprios filhos segundo as próprias convicções. Esse direito corre o risco real de ser extinto.

O documentário, que conta também com uma campanha de abaixo assinados dirigida à ONU, pode ser visto no *link* que colocamos abaixo:

<http://www.comprehensivesexualityeducation.org/act-now-2/stop-cse-petition/campana-de-proteccion-a-la-ninez/>

(Thacio Siqueira, 7 Julho 2016)

AMNISTIA INTERNACIONAL E ABORTO

A Amnistia Internacional foi fundada para defender os direitos e a liberdade dos que foram presos por “delito de opinião”. Se consultarmos o seu “site” encontramos claramente definido o seu objectivo – lutar contra as violações de todos os direitos humanos: tortura, pena de morte, proteger os que estão em risco ou privados da liberdade de expressão.

Infelizmente, decidiram estender a sua acção para campos moralmente condenáveis. Assim, a Amnistia tornou-se hoje num dos mais fortes defensores internacionais do aborto a pedido e do “casamento” de pessoas do mesmo sexo. Por consequência, quem defenda os direitos humanos em toda a sua realidade, já não deve, em boa consciência, dar o seu apoio a esta organização. A Amnistia perdeu a sua credibilidade moral conquistada há muito pelo trabalho meritório que todos apreciávamos. Com o apoio e promoção da ideologia radical do género e suas consequências, provocou a divisão entre os seus membros, pondo em risco o apoio que dava a pessoas dos mais diversos países e regiões, assim como o apoio recebido de tantos, de religiões e culturas diferentes, que não aceitam esta deriva.

Há já vários anos que se encontra em actividade muito acentuada neste domínio, como é possível demonstrar pelos exemplos seguintes:

- Na Irlanda, foi um dos mais activos propagandistas do aborto, defendendo-o como um «direito de saúde».
- A Amnistia lançou uma campanha mundial para a promoção do aborto, designada «O meu corpo, os meus direitos», conduzindo campanhas pró-aborto no México, em Salvador, no Paraguai, no Chile e na Argentina, e em muitos outros locais.
- Em 55 declarações públicas da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, a Amnistia foi um dos dois que defenderam o aborto como um direito humano, chegando a afirmar que o direito à vida não se aplica antes do nascimento (Junho de 2015).
- Nos Estados Unidos apoiou o chamado “*orgulho gay*” oferecendo kits aos activistas.

- Na Áustria desenvolveu uma campanha a favor do “casamento” de pessoas do mesmo sexo (Maio de 2015).
- A Amnistia exortou a União Europeia a aprovar rapidamente a directiva “anti discriminação”, a favor da ideologia de género, que já promovera em 2010.

É bem evidente que a Amnistia Internacional, que tem sido apoiada por tantos de boa fé que admiravam o seu trabalho principalmente nos domínios da liberdade religiosa e da liberdade de pensamento e de opção política, sofreu um desvio condenável, que coloca em dúvida qualquer iniciativa que venha dessa organização.

CONGRESSO DIOCESANO DE LISBOA

O Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, Sr. D. Manuel Clemente, convidamos e apela-nos para estarmos presentes no 1º Congresso Diocesano de Lisboa dos profissionais católicos, que se vai realizar no dia 5 de Novembro, em Lisboa na Universidade Católica Portuguesa.

Pretende este congresso juntar os profissionais católicos nas suas muitas vertentes profissionais e levá-los a partilhar o seu trabalho em cada uma das suas áreas desenvolvidas na sociedade e lançar as bases para uma formação de todos, no sentido de projectar para o futuro, uma melhor sociedade e uma melhor resposta às questões que cada dia são postas a cada um no desenvolvimento da sua actividade.

O nome atribuído a este congresso, com a duração de um dia, “*Cuidar da Casa Comum*”, espelha bem o que se pretende, ou seja, que depois de construída a nossa casa comum é preciso cuidar dela, todos os dias, tornando-a mais acolhedora e uma incubadora de homens e mulheres que sejam firmes na defesa dos seus valores católicos na sociedade.

Nós os médicos, lidando no dia-a-dia com questões muito sensíveis da vida e especialmente por sermos católicos somos também obreiros de um

mundo melhor, e por isso temos um dever acrescido de responder a este apelo do Sr. Cardeal Patriarca, para estar presentes neste congresso.

Deixo-vos então esta sugestão de presença e para tal façam a vossa inscrição, divulguem e convidem outros interessados em participar.

Inscrição e outras informações no site abaixo indicado.

Pela Direcção do Núcleo de Lisboa da AMCP

Jorge Azevedo Coutinho

Site: <http://cuidardacasacomum.wixsite.com/apc2016>

Facebook: <https://www.facebook.com/Profissionais.Catolicos/>

Mail: cuidar.da.casa.comum@gmail.com

BEJA: NOVO NÚCLEO DIOCESANO

Encontra-se já constituído em Beja um novo núcleo diocesano da Associação dos Médicos Católicos. O núcleo foi homologado pelo Sr. Bispo de Beja, D. António Vitalino Fernandes Dantas, por provisão datada de 13 de Junho de 2016.

A Direcção é constituída pelos colegas seguintes:

Presidente: Dr. Edmundo José Bragança de Sá

Secretário: Dr. João Manuel Victor de Almeida

Tesoureiro: Dr. João Carlos Meneses da Silva

Assistente Eclesiástico: Pe. José Maria Afonso Coelho

«Acção Médica» saúda com muita simpatia o novo núcleo da AMCP e cada um dos seus membros desejando-lhes o melhor trabalho inspirado em Cristo Médico.

ACÇÃO MÉDICA HÁ 50 ANOS

O número 1 do volume XXI (Julho – Setembro de 1966) tem o maior interesse, de modo a que seja tarefa impossível a de proceder, neste reduzido espaço, a uma análise mais detida do seu conteúdo. Lembremos que a época era conturbada, os avanços científicos suscitavam novas e complexas questões morais, particularmente evidentes na introdução da contracepção hormonal, e que a própria prática da Medicina parecia ter de optar entre o consagrado modelo individual e paternalista e o novo paradigma da medicina social, em que aos interlocutores clássicos do diálogo médico – doente se juntam a Segurança Social, os seguros, o Estado. De todas as questões assim enunciadas encontramos reflexos nos artigos constantes do número que revisitamos aqui.

Assim, o Dr. M. Neves e Castro pronuncia-se sobre a “Regulação da Natalidade”, rejeitando a contracepção mas aceitando a prescrição de progestagémeos nas frequentes situações de irregularidade de ciclos, de ciclos muito longos ou de incapacidade do casal em aceitarem a continência periódica do método das temperaturas. Fundamental é a fecundidade do amor conjugal, que não é necessariamente sinónimo de natalidade.

Já Manuel Júdice Halpern analisa “A harmonia conjugal”, sublinhando a importância e a dignidade do acto conjugal no âmbito do amor entre os esposos. Lembrando o ensinamento positivo de Pio XII sobre o prazer da relação conjugal (“procurado e gozado”), o Autor aborda com franqueza a união dos corpos, as carícias preliminares, o orgasmo, a frigidez, a frequência, sempre no enquadramento da íntima ligação entre corpo e espírito, prazer e amor oblatoivo.

Sobre o II Congresso de Moral Médica, levado a cabo em Paris, com 1400 delegados de 45 países, e em que marcaram presença o General de Gaulle e Pompidou (então 1º Ministro), para além de Jean Guilton e André Maurois, há dois relatos. Ramos Lopes apresenta uma crónica do evento, resumindo as principais intervenções e as conclusões que delas pode tirar.

Esta síntese rigorosa é chave de leitura para a contribuição seguinte, de Miller Guerra, em que este manifesta a sua desilusão perante um “Congresso tão luzido”. Critica, antes de mais, o foco do evento na responsabilidade médica e institucional e o excessivo peso da análise do tema do ponto de vista jurídico e legal. Verbera a ausência de estudos sobre os aspectos morais da intervenção médica na promoção da saúde e na medicina de reabilitação e parece-lhe inaceitável que se ignore o problema fundamental, que é o do modo de passagem da medicina individualista para a medicina social ou comunitária, com a realização do universal direito à saúde. Cita expressamente (talvez que pela primeira vez) o funcionamento de um Sistema Nacional de Saúde.

Mendonça e Moura é o autor de uma breve mas importante nota sobre a “Experimentação excedida”. Refere-se a um dos maiores problemas da investigação clínica, que é o da experimentação no Homem, lembrando os abusos nazis e o (então recente) caso do transplante de células neoplásicas para indivíduos sãos, num hospital novaiorquino. Conclui pela necessária actualização do médico nestas matérias (que diríamos precursoras da Bioética, ainda não nascida) e pelo rigoroso cumprimento da Declaração de Helsínquia.

O Director da revista, José de Paiva Boléo dedica um artigo a “O Código Civil e o celibato eclesiástico”, defendendo a posição do código então vigente (inspirado na doutrina da Igreja católica), que recusava o casamento civil aos padres que tivessem abandonado o seu munus. Situação diversa seria a daqueles que, tendo solicitado a redução ao estado laical, vissem a sua pretensão ser aceite pelo Papa. (Hoje, como é sabido, o Código Civil não conhece tal impedimento, nem o problema tem acuidade, já que a referida “redução” – estranha denominação, que indicia inferioridade do leigo – é geralmente concedida sem dificuldade a quem queira renunciar ao sacerdócio).

Uma curiosa nota pastoral dos Bispos belgas acerca da moral da circulação rodoviária, apelando à prudência, responsabilidade e sobriedade dos condutores, continua, obviamente, actual.

Dois interessantes artigos de origem francesa debatem a responsabilidade da Igreja na formação da opinião pública, nomeadamente através da sua participação nos meios de comunicação social.

O Noticiário, a Vida Associativa e a necrologia (dando o maior e merecido relevo a duas figuras públicas de grande significado no movimento dos médicos católicos, nomeadamente na AMCP, os Professores D. Tomás de Mello Breyner e Costa Sacadura) encerram este notável número da revista.

W. Osswald

ACÇÃO MÉDICA

ANO LXXX, Nº 3, Setembro 2016

RESUMOS

CONGRESSO Os médicos, a Igreja e a Europa de hoje 5

O XIII Congresso da Federação Europeia das Associações dos Médicos Católicos (FEAMC) – Alexandre Laureano Santos 7
 Apresentação do Congresso Europeu dos Médicos Católicos que decorreu no Porto no final de Setembro e princípio de Outubro.

Cristo Médico – D. Manuel Clemente 11
 As primeiras gerações de cristãos guardaram e transmitiram o relato de curas de doenças várias realizadas por Jesus Cristo. Não estavam ainda numa era científica, a da observação rigorosa. Mas os factos, as curas, foram testemunhadas e é bom estudá-las. Partindo desta realidade, são apresentados três exemplos: a cura da sogra de Simão, a cura de um leproso, a cura da mulher com hemorragias.

A Vida: dez notas sobre o livro «A Morte» – António Pimenta de Brito 19
 A propósito da eutanásia e do suicídio assistido, M^a Filomena Mónica, autora do livro «A Morte», nele defende qualquer dessas posições ou caminhos, servindo-se de figuras literárias como Tomás Moro. O A. discute essas posições, de natureza socio-política, apontando quer a eutanásia, quer o suicídio como não-soluções.

Barrigas de aluguer – Pedro Vaz Patto 37
 O parlamento aprovou novamente a lei vetada pelo Presidente da República, sobre maternidade de substituição. O A. discute esta grave atitude do Parlamento, que parece apostado na imposição legal do erro, defendido por uma maioria que apostou em temas fracturantes. A maternidade de substituição levanta problemas gravíssimos que não podem ser escondidos ou menosprezados. Por isso foi recusada no Parlamento Europeu.

Razão e radicalismo – Paulo Vasconcelos Jacobina 43
 A tarefa de defender a recta razão humana contra os excessos das ideologias contemporâneas e a sua agressividade militante, é um caminho árduo mas cada vez mais necessário, pois o que está em jogo é precioso de mais. Entre muitos disparates ideológicos encontramos sempre a mesma base comum: a destruição dos padrões culturais e morais que têm regido a sociedade.

TEMAS ACTUAIS

Colonização ideológica: a responsabilidade dos meios de comunicação social – Osvaldo Rinaldi 51
 A família natural é sistematicamente excluída ou ridicularizada na televisão. Tudo é permitido e a defesa de aberrações como a ideologia de género, clara ou discreta, é a regra. Mesmo qualquer tímida defesa de comportamentos que recusem o “pensamento único” imposto por ideologias radicais, é imediatamente condenada. O mundo moderno quer, a todo o custo, excluir Deus da sociedade.

Não em nome de Deus – Pedro Vaz Patto	55
É frequente procurar legitimar religiosamente o ódio e a violência. Não é a religião a causa dessa violência, mas apenas e só a natureza humana, capaz do melhor e do pior. A verdade é que é nas religiões monoteístas que se reconhecem na fê de Abraão, que se encontra o antídoto para o ódio e a violência.	
O secularismo promove o radicalismo – Federico Censi	57
Testemunho de um jovem de origem argelina que conseguiu transpor a fronteira da violência jihadista, encontrando a redenção através de um encontro de acaso com um capelão católico que procurava outro preso.	
Vida humana – Carlo Casini	61
O A. dá-nos o essencial de uma entrevista que pediu ao Professor Bruno Dallapiccola, considerado como uma das maiores autoridades no campo da genética humana. Dallapiccola não tem qualquer dúvida quando afirma que, cientificamente, existe um ser humano desde a fecundação e, como tal, deve ser protegido e respeitado.	
Eutanásia – Bastonários	65
Declaração conjunta de cinco Bastonários da Ordem dos Médicos sobre eutanásia e suicídio assistido.	
NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS	67
<ul style="list-style-type: none"> • As crianças na ideologia de género (nota sobre um vídeo documentário que denuncia o que tem vindo a ser feito por organizações internacionais contra a família e a criança); • Amnistia Internacional e aborto (é denunciado o caminho que a A. I. está a seguir colaborando em campanhas a favor do aborto e da ideologia de género, em vez de se manter no que lhe deu prestígio – a defesa dos direitos humanos); • Congresso diocesano de Lisboa (anúncio do congresso de Profissionais Católicos); • Beja – novo núcleo diocesano (notícia da formação do núcleo de Beja dos médicos católicos); • «Acção Médica» há 50 anos. 	

ACÇÃO MÉDICA

YEAR LXXX, No. 3, September 2016

ABSTRACTS

CONGRESS **The doctors, the Church and Europe today** 5

The 13th Congress of the European Federation of Catholic Medical Associations (FEAMC) – Alexandre Laureano Santos 7
Presentation of the European Congress of Catholic Doctors held in Oporto in late September and early October.

Christ the Healer – D. Manuel Clemente 11
The first generations of Christians kept and transmitted the report of cures of several diseases performed by Jesus Christ. They were not yet in a scientific era, of close observation. But the facts, cures, were witnessed and it is good to study them. Starting from this reality, three examples are presented: the healing of Simon's mother-in-law, the healing of a leper, the healing of the woman with haemorrhages.

Life: ten notes on the book 'A Morte' – António Pimenta de Brito 19
On euthanasia and assisted suicide, Maria Filomena Mónica, author of the book 'A Morte' (Death), defends any of these positions or paths in it, using literary figures such as Thomas More. The author discusses these positions, of socio-political nature, pointing out either euthanasia or suicide as non-solutions.

Surrogate mothers – Pedro Vaz Patto 37
Parliament approved again the law vetoed by the President of the Republic on surrogacy. The author discusses this serious attitude of the Parliament, which seems intent on the legal enforcement of the error, defended by a majority intent on divisive topics. Surrogacy raises very serious problems that cannot be hidden or taken lightly. That is why it was rejected in the European Parliament.

Reason and radicalism – Paulo Vasconcelos Jacobina 43
The task of defending the line of human reason against the excesses of contemporary ideologies and their militant aggression, is a rough path but increasingly necessary, because what is at stake is more precious. Among much ideological nonsense we always find the same common ground: the destruction of cultural and moral standards that have governed society.

CURRENT THEMES

Ideological colonization: the responsibility of the media – Osvaldo Rinaldi 51
The natural family is constantly excluded or ridiculed on television. Everything is allowed and defending aberrations such as gender ideology, clearly or unobtrusively, is the rule. Any shy defence of behaviours that refuse the "single thought" imposed by radical ideologies, is immediately condemned. The modern world wants, at all costs, to exclude God from society.

Not in the name of God – Pedro Vaz Patto	55
It is common to religiously legitimise hatred and violence. Religion is not the cause of this violence, but just and only human nature, capable of the best and the worst. The truth is that it is in the monotheistic religions which recognize the faith of Abraham that the antidote to hatred and violence is found.	
Secularism promotes radicalism – Federico Censi	57
Testimony of a young man of Algerian origin who managed to cross the border of jihadist violence, finding redemption through a chance meeting with a Catholic chaplain who was looking for another inmate.	
Human life – Carlo Casini	61
The author gives us the essentials of an interview with Professor Bruno Dal-lapiccola, regarded as a leading authority in the field of human genetics. Dal-lapiccola has no doubt when he says that, scientifically, there is a human being from fertilization and, as such, must be protected and respected.	
Euthanasia	65
A statement on euthanasia signed by five Presidents of the Portuguese Medical Association.	
NEWS AND COMMENTS	67
<ul style="list-style-type: none"> • Children in gender ideology (note on a video documentary that reports what has been done by international organizations against the family and the child); • Amnesty International and abortion (the path that A.I. is following by collaborating in campaigns in favour of abortion and gender ideology, instead of staying in the one that gave it prestige, human rights, is denounced); • Diocesan Congress in Lisbon (announcement of the Congress of Catholic Professionals); • Beja – new diocesan centre (news of the formation of the Beja centre of Catholic doctors); • ‘Acção Médica’ for 50 years. 	

NOVOS ASSOCIADOS

Foram admitidos como novos associados:

SÓCIOS FALECIDOS

Tomamos conhecimento dos falecimentos dos nossos Associados: